

REVISTA ACADÊMICA

PENSAR ALÉM

VOLUME 6 - NÚMERO 01 - ISSN 2674-5763



PENSAR ALÉM. V.6, n.2, 2021. Itaúna-MG: Faculdade Famart. il, 62 p.

Periodicidade: Semestral

ISSN 2674-5763

As opiniões, bem como todo o conteúdo emitido em artigos ou notas assinadas são de total responsabilidade de seus respectivos autores.



Revista Acadêmica Pensar Além está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/). Baseado no trabalho disponível em [Portal de Periódicos Eletrônicos da FAMART](https://portal.famart.edu.br/).

FACULDADE FAMART

DIRETOR EXECUTIVO

Wanderson Clayton Fontella Francisco

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Paulo Henrique da Silva Junior

ACADÊMICO

Alessandra Raquel Lopes Rodrigues Borges

Gabriela Araújo

Lucas Eustáquio de Paiva Silva

Luciano Borges Muniz

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Felipe Augusto Pereira

CONSULTORIA E PROJEÇÃO DE MARKETING

Camila Aparecida Marques de Almeida

Marcelo Henrique Guimarães

CONSELHO EDITORIAL

Alessandra Raquel Lopes Rodrigues Borges

Gabriela Araújo

Lucas Eustáquio de Paiva Borges

Luciano Borges Muniz

ASSESSORIA EDITORIAL

Alessandra Raquel Lopes Rodrigues Borges

Bruna Giarola Souza

Marcelo Henrique Guimarães

ASSESSORIA CIENTÍFICA

Gabriela Araújo

Glaciane Moreira Franco Pereira

Karina Leão de Mello

Lucas Eustáquio de Paiva Silva

Luciano Borges Muniz

Mailson Santos de Queiroz

Pauliane Aparecida de Moraes

Tânia Alves Martins

Weslei Lopes da Silva

EDITORIAL

A 6ª edição da Revista “Pensar Além” traz estudos que abrangem diferentes áreas do conhecimento, tais como educação, psicologia e finanças, ampliando o horizonte de estudos disponíveis para nossos leitores. Os temas são de grande relevância e transitam em subáreas que permitem, através da leitura, que seja feita a contextualização em situações cotidianas e também como forma expositiva da aplicabilidade de conceitos e métodos apresentados nas disciplinas em sala de aula. São abordados conceitos como neuropsicologia e psicanálise, além da aplicação de jogos no contexto da educação infantil, e uma análise envolvendo a literatura fantástica a partir de um conto brasileiro. Os leitores conseguem ainda nesta edição, se envolver no contexto da economia brasileira da década de 1990 a 2015 para aprofundarem a análise do financiamento produtivo brasileiro.

Inicialmente, o artigo de Andreia Maria Bernardo apresenta uma breve revisão da área da Neuropsicologia, envolvendo o conceito, elemento e método de estudo e suas formas de desempenho e análise. No artigo é desenvolvido um estudo sobre a utilização de instrumentos neuropsicológicos em diferentes áreas do conhecimento científico, relacionando seu impacto no aprendizado clínico. A autora busca entender a articulação das funções cognitivas, comportamentais, motivacionais e emocionais por parte do sistema nervoso por meio de inferências entre a atividade cerebral e suas contrapartes cognitivas e comportamentais.

Posteriormente, Suele Carvalho de Jesus apresenta seu estudo acerca da ansiedade disfuncional, elucidando algumas estratégias de enfrentamento para indivíduos que a descobrem como vilã em sua realidade. Por meio de um levantamento bibliográfico a autora propõe que os profissionais da área reflitam sobre o sujeito em tratamento como um todo, ser complexo em toda sua subjetividade e inserido em seu contexto social, cultural e político, e não só como um paciente que apresenta certas patologias.

No artigo “O Fantástico como possibilidade recorrente no conto Os Três Nomes de Godofredo, de Murilo Rubião à luz da teoria de Tzvetan Todorov”, o autor Jardel Pereira Fernandes propõe uma análise à recorrente presença de características do realismo fantástico no referido conto da literatura brasileira. Neste sentido no trabalho são fornecidos elementos que motivam o leitor a desenvolver uma visão mais crítica da literatura, principalmente no âmbito histórico-cultural, abrindo reflexões acerca da realidade sociocultural em que estamos inseridos.

Amanda Priscila Borges Souza e Karina Leão de Mello, no artigo “A Importância dos Jogos Educativos no Processo de Ensino-aprendizagem no Século XXI”, desenvolvem uma pesquisa bibliográfica em torno da importância da utilização de jogos educativos no processo de aprendizagem de crianças e buscam apresentar essa ferramenta como facilitadora para este processo na educação básica. No estudo as autoras apresentam novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem, descrevem os tipos de jogos utilizados e fazem uma correlação entre os jogos, as novas tecnologias e a Base Nacional Comum Curricular, abordando ainda as percepções dos professores sobre a influência dessa metodologia no processo de aprendizagem.

Por fim, trazemos o artigo “A participação do Sistema Bancário no financiamento produtivo brasileiro de 2010 a 2015”, que apresenta um estudo sobre a influência do processo de abertura financeira vivido a partir da década de 1990 nas possibilidades de financiamento de longo prazo do setor produtivo brasileiro. O trabalho analisa o efeito do desenvolvimento do setor financeiro, público e privado, e da concessão de crédito sobre a estrutura de capital de grandes empresas brasileiras, incorporando alguns determinantes do padrão de alavancagem de cada uma delas a partir do controle de variáveis.

Partindo do pressuposto de que é fundamental o constante aprendizado e aperfeiçoamento, os trabalhos apresentados nesta edição colaboram para a contínua formação

de nossos leitores através do compartilhamento de estudos, experiências e ideias da rede de autores que fazem parte da Revista Pensar Além. Esta edição conta com dois artigos relacionados à área da educação, outros dois abordando temas relacionados à psicologia e somados a eles, um artigo da área financeira. Com essa diversidade e consistência de trabalhos, acreditamos estar oferecendo aos nossos leitores conteúdos relevantes que abordam a questões do nosso tempo e muito se relacionam com o trabalho docente e os processos de aprendizagem.

Ótima leitura a todos!

Editora Responsável:
Gabriela Araújo

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO DA NEUROPSICOLOGIA COGNITIVA E METODOLÓGICA

Andreia Maria Bernardo

Resumo: Este artigo apresenta uma revisão da Neuropsicologia, o significado da área, seu elemento de estudo e métodos, formas de desempenho e análise. Essas avaliações neuropsicológicas são ferramentas de trabalho, assim como o processo de construção e validação de instrumentos. Os testes neuropsicológicos são instrumentos fundamentais para o aprendizado clínico e a observação em Neuropsicologia do indivíduo, buscando entender a relação entre a estrutura e os procedimentos mentais, e como o sistema nervoso articula as nossas funções cognitivas, comportamentais, motivacionais e emocionais, que deve ser entendida por meio de inferências nas relações entre a atividade cerebral e suas contrapartes cognitivas e comportamentais. Por fim, tenta-se chegar a um consenso sobre a utilização ou não de instrumentos neuropsicológicos por áreas específicas do conhecimento científico, bem como estabelecer diretrizes para seu uso responsável. Conclui-se que a Neuropsicologia é interdisciplinar e se estabelece como campo de trabalho e investigação de diversas áreas do conhecimento e atuação profissional, que se interessam pelas analogias entre funções mentais e sistema nervoso central, dentro de um universo mais extenso, denominado Neurociência.

Palavras-chave: Neuropsicologia; Avaliação; Profissional; Neurociências; Cognitiva.

1 INTRODUÇÃO

A psicologia é uma ciência que envolve várias teorias e técnicas que contribuem para que tenha um amplo campo de atuação. Entre todas as suas abordagens teóricas, destaca-se a neuropsicologia, que é conhecida como uma área de atividade profissional que analisa as analogias entre o cérebro, o comportamento e os processos mentais. Além disso, a interdisciplinaridade é imprescindível à neuropsicologia, visto que sua atuação conta com a contribuição de profissionais de diferentes áreas da neurociência (MALLOY-DINIZ, 2010).

Dalgalarrondo (2018) enfatiza que nas últimas décadas tem aumentado o uso de padrões neuropsicológicos para compreensão da doença mental, bem como o uso de avaliações e teste neuropsicológicos e o estudo de diversos déficits cognitivos sutis em transtornos mentais clássicos, como esquizofrenia, depressão e transtorno obsessivo compulsivo. Ainda segundo o autor, a neuropsicologia moderna ganhou um importante impulso com os estudos do neurologista russo Alexandre R. Luria (1902 - 1977).

Luria (1981) propôs substituir a ciência tradicional de sintoma em neurologia e neuropsiquiatria por uma abordagem mais dinâmica, eficaz e complexa. No modelo tradicional de descoberta da neurociência teria algo que corresponderia à consecutiva formação da ideia, sendo uma área cerebral delimitada e específica, que é responsável por certas funções rudimentares, como: linguagem, memória, reconhecimento, entre outras. Nesse sentido, essas abordagens que envolvem as atividades mentais e cognitivas, como formas conscientes de representação, são resultantes de um conjunto de funções, que, por sua vez, englobam outras tantas funções menores, específicas, que na totalidade de suas interações levam o indivíduo a pensar, agir e inserir-se no mundo social. Luria (1981) também sugere a substituição desse esquema pela noção de Sistema Funcional Complexo (SFC), segundo ele, o SFC seria organizado da seguinte forma: processos mentais complexos como memória, linguagem, pensamento. Mas a abstração e práxis não estão completas, não são fenômenos fixos, nem são provenientes de mecanismo, uma área do cérebro que entra em ação independente da inserção do sujeito. Elas são, de fato, edificadas e construídas durante a ontogênese, por meio de

mudanças e experiência social, ou seja, por meio da interação intensa e contínua da criança com seus pais e com seu meio social.

Dalgalarrondo (2018) descreve essa interação, que permite ao indivíduo adquirir todas as funções cognitivas, como linguagem, memória, pensamento e reconhecimento. Consequentemente, a lesão de uma das áreas do cérebro implica que uma certa função mental superior pode causar a desintegração de todo o sistema funcional. Deste modo, o dano de uma determinada função pode confirmar pouco sobre sua localização, com sistemas funcionais complexos estabelecidos por redes neurais amplas e dinâmicas sendo mais proeminentes e relevantes.

Assim, tanto Luria (1981) como Dalgalarrondo, (2018) acreditavam que compreender a relação do cérebro com as diversas funções psicológicas requer estudos mais amplos e unificados, uma vez que o ser humano é composto por aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais, e em nenhuma circunstância pode ser limitada a uma única categoria.

2 OBJETIVO GERAL

Este artigo tem como objetivo apresentar a neuropsicologia, seus fundamentos teórico-metodológicos, a estrutura de uma avaliação neuropsicológica, como ocorre o diagnóstico, bem como os métodos utilizados e o plano terapêutico. Serão apresentados tópicos relacionados com o estudo teórico da neuropsicologia contextualizados, de forma a elucidar o importante papel deste campo profissional na vida das pessoas e na investigação científica e acadêmica.

3 PROBLEMATIZAÇÃO

Esta revisão da Neuropsicologia tem a responsabilidade de realizar os procedimentos necessários na preparação dos indivíduos com ou sem perturbações e sequelas envolvendo o cérebro e a cognição, aproveitando amostras de análises clínicas e experimentais, ambas na propriedade do funcionamento normal ou cognição patológica, como observar a interação com outras áreas da neurociência, psiquiatria e diagnóstico.

A neuropsicologia com sua área integrada à Reabilitação Neuropsicológica realiza as intervenções necessárias no paciente, para que esse possa melhorar, compensar e se adaptar às dificuldades. Para se chegar a um diagnóstico ou ter melhor resultados na reabilitação, desenvolve-se e cria-se materiais e dispositivos, instrumentos, como avaliações, livros, jogos alternativos e programas de computador que auxiliam na avaliação e reabilitação de pacientes. Pode-se desenvolver essas atividades em diversos espaços: em instituições acadêmicas, realizando pesquisa, ensino e supervisão, em hospital, nas questões forenses, em clínicas, consultórios particulares e em domicílio, realizando diagnóstico, reabilitação, orientação familiar e trabalho com equipe multiprofissional.

4 TIPOLOGIA DE PESQUISA

A idealização de uma pesquisa científica requer do pesquisador o conhecimento que aborda uma série de fatores, para que os resultados sejam confiáveis e inteiramente aceitos pela comunidade científica. Os procedimentos metodológicos transcorrem com a finalidade básica ou pura. Segundo Carlos (2009), a pesquisa pura busca o progresso da ciência, busca desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com as suas aplicações e consequência prática.

Portanto, a opção da metodologia apropriada para explorar, analisar e verificar o fenômeno é o primeiro passo para tal credibilidade, principalmente em ciências humanas, na qual a complexidade do item exige um elevado grau de cuidado metodológico.

Neste artigo utilizou-se como proposta metodológica a pesquisa bibliográfica, por entender que se trata de um processo em que o pesquisador possui um amplo leque de informações e a responsabilidade histórica de refletir o fato. Na investigação de caráter descritivo e exploratório, o estudo baseia-se em apresentar teorias situando a tarefa central das ciências humanas, o que permite a utilização de dados em publicações diversas, como teses, textos, periódicos. Assim, o pesquisador faz um estudo amplo do objeto de pesquisa, considerando o contexto em que está inserido nas características da sociedade (MINAYO, 1994 p. 23), reunindo as informações e elementos que servirão de apoio para a construção e investigação sobre o tema (GIL, 2008).

5 JUSTIFICATIVA

Neste artigo faz-se uma reflexão sobre a importância do estudo da Neuropsicologia para a construção de padrões teóricos. É necessário refletir sobre a seriedade da Neuropsicologia Cognitiva para o estudo da percepção humana, visto que é fruto da transação entre a Neuropsicologia e a Psicologia Cognitiva. Acredita-se que o destaque dos principais suportes da Neuropsicologia Cognitiva para a compreensão da cognição humana acomode o debate que se enfatiza nos estudos como os de Ellis e Young (1988), Shallice (1988, 2004), Caramazza e Coltheart (2006) entre outros.

No contexto científico brasileiro, é importante destacar trabalhos como os de Vendrell (1998); Kristensen, Almeida e Gomes (2001); Capovilla (2007); e Cosenza, Fuentes e Malloy-Diniz (2008), entre outros, que abordaram o assunto de forma mais direta e, de modo geral, esses estudos descrevem a importância da pesquisa neuropsicológica e clínica para a interação da cognição humana normal, a evolução histórica dos estudos neuropsicológicos (KRISTENSEN, ALMEIDA & GOMES, 2001; COSENZA, FUENTES & MALLOY-DINIZ, 2008), mostra a importância da estimativa e avaliação neuropsicológica neste contexto ou ainda se aproxima mais dessas contribuições como as de Ellis & Young (1988), Shallice (1988), Caramazza & Coltheart (2006).

A neuropsicologia é uma ciência de inovação e multidisciplinar sendo parte da neurociência. Essa compreensão das funções cognitivas e mentais é analisada por meio do funcionamento metabólico cerebral. Deste modo, trata-se de uma ciência que aplica não exclusivamente dados interpretativos das funções mentais, mas ressalta todo o processo etiológico desse funcionamento, constituindo que hoje é apoiado por estudos de caráter científico.

6 HISTÓRIA DA NEUROPSICOLOGIA

Na antiguidade os homens já se preocupavam em pesquisar a analogia entre o cérebro e o comportamento, sugerindo anotações nas alterações comportamentais e no déficit

Apesar de todo o comprometimento de pesquisadores e dos neurocientistas, o desenvolvimento da Neuropsicologia só aconteceu de forma significativa, no Brasil, a partir da última década. Alguns fatos foram marcos nesse desenvolvimento no ano de 1989, quando foi criada a Sociedade Brasileira de Neuropsicologia, que conseguiu materializar os diferentes laboratórios de pesquisas da área e a capacidade de ser um elo de informações e ciências para indivíduos da área e outros profissionais. Posteriormente, existiu a concepção e concretização de laboratórios e grupos de pesquisas sediados em importantes universidades brasileiras, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado de São Paulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Minas Gerais. Algo que salienta o desenvolvimento da Neuropsicologia no Brasil é a quantidade de títulos literários na área.

Na década de 1990, existiam pouquíssimos títulos que tinham a neuropsicologia como contexto principal, a partir do ano 2000 ocorreu a publicação de múltiplos livros contendo pesquisas brasileiras, inclusive validações de instrumentos neuropsicológicos e livros que foram traduzidos para outras línguas. A demanda por pós-graduação na área de neuropsicologia é constante, tornando um campo de interesse e aprimoramento para profissionais da área da educação e saúde. Atualmente desenvolvendo pesquisas em neuropsicologia nos mais diversos ramos de atividade (PINHEIRO, 2005).

7 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA NEUROPSICOLOGIA

A neuropsicologia é uma ciência interdisciplinar que investiga as afinidades entre o cérebro e o comportamento humano Pontes e Hübner (2008). Para Malloy-Diniz (2010), a neuropsicologia é mais específica na medida em que aborda o estudo da analogia entre as funções cognitivas e suas bases biológicas, adotando como suporte o conhecimento de diferentes áreas da neurociência que elucidam a estrutura e funcionamento do cérebro, além da psicologia que contém as operações mentais e do comportamento. Malloy-Diniz (2010) apontam que dentro da área de estudos neuropsicológicos fazem parte do procedimento comportamental, emocional e social das disfunções cerebrais, como déficits em funções superiores produzidas por alterações no sistema nervoso, as inter-relações entre cérebro e comportamento e entre cérebro e funções cognitivas. Dalgalarondo (2018) e Malloy-Diniz (2010) são alguns dos autores que tratam sobre a atenção, percepção, linguagem oral e escrita, memória, aprendizagem, funções motoras e práxis como funções neuropsicológicas.

Neste sentido, conforme afirmam Pontes e Hübner (2008), o desempenho neuropsicológico do indivíduo está sujeito a suportar influência variáveis orgânicas tanto quanto ambientais. Alexandre Romanovich Luria dedicou seus estudos à área neuropsicológica, ganhando destaque no meio acadêmico e na pesquisa científica com suas grandes obras, destacando o livro *Fundamentos da Neuropsicologia*.

As observações de Luria (1981) levaram-no a grandes descobertas, como a de que os processos mentais humanos não estão centrados em áreas circunscritas do cérebro e sim em várias áreas diferentes, porém, todo o trabalho é concretizado em conjunto como em uma sinfônica. Luria também aponta a existência de três principais unidades cerebrais funcionais as quais o autor Dalgalarondo (2018) classifica no livro *Psicopatologia e Semiologia dos transtornos mentais* como sendo os três grandes sistemas funcionais do cérebro humano: o tônus, a recepção e a programação.

O tônus controla o nível de intensificação e ativação do córtex, conservando assim o nível de consciência, a vigilância e atenção do indivíduo. Quanto ao sistema de recepção, elaboração e conservação de informações concentra a coerência na decodificação e na interpretação das informações que o sujeito adquire no ambiente externo e interno. O sistema denominado programação, regulação e controle da atividade tem como função gerenciar a atuação do sujeito sobre o meio ambiente, ou seja, quando há problemas novos ou tarefas necessárias os sistemas pré-frontais do cérebro programam a atividade complexa do sujeito por meio de estratégias que são moduladas de acordo com o ambiente (Dalgalarondo, 2018).

Segundo Dalgalarondo (2018), a complexidade do cérebro humano é um episódio inquestionável, sua atuação reúne a capacidade de receber, registrar e elaborar elementos e procedimentos tais que só podem ser realizados por meio de conexões neuronais via sinapse. Embora os circuitos neuronais do cérebro humano sejam baseados na programação genética, é importante destacar que eles também dependem das experiências do sujeito com o meio em que está inserido (PONTES e HÜBNER 2008).

Em relação à complexidade do cérebro humano, Dalgalarondo (2018) concorda com Luria (1981) em assegurar que o cérebro não seja mais visto como uma estrutura fixa e que

cada vez mais constata que o sistema nervoso tem uma característica muito importante, denominada plasticidade. Assim, Dalgalarondo (2018) afirma que o cérebro muda positivamente e negativamente com a experiência e o conhecimento, seja o ambiente estimulante ou o que restringe a plasticidade neuronal, o que demonstra a importância dos estudos desenvolvidos por Vygotsky que definia a neuroplasticidade ou plasticidade como a capacidade do sistema nervoso de modificar sua estrutura e função como resultado de modelos de experiência, e pode ser concebida e analisada de uma perspectiva estrutural (configurações sináptica) ou funcional (modificação de comportamento).

No entanto, observar a função cerebral é essencial para o desenvolvimento da aprendizagem clínica por psicólogos; fonoaudiólogos; terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, entre outros profissionais. Segundo Malloy-Diniz (2010), as duas últimas décadas do século XX proporcionaram um avanço nas técnicas de imagem para o exame do corpo humano, lançando luz sobre as estruturas cerebrais, razão pela qual, hoje, análises e exames de saúde permitem maior exatidão diagnóstica tanto para determinar a localização quanto para determinar a causa de doenças.

7.1 Compreensão do processo saúde, atenção e adoecimento

Segundo Malloy-Diniz (2010), a neuropsicologia se aprimora com mais eficiência e se torna mais cuidadosa ao desenvolver um trabalho com visão multidisciplinar em que cada área da neurociência colabora com seus conhecimentos característicos e específicos para uma melhor avaliação, diagnóstico e tratamento dos indivíduos. No campo da neuropsicologia, algumas metodologias ainda precisam ser seguidas, tais como: avaliação neuropsicológica e anamnese, métodos de avaliação em neuropsicologia, diagnóstico, relatório de avaliação neuropsicológica, plano terapêutico e plano de reabilitação, que serão discutidos a seguir.

7.1.1 Avaliação neuropsicológica e anamnese

Hamdan, Pereira e Riechi (2011) mencionam que, diferente da psicoterapia, que tem como principal objetivo o tratamento terapêutico de problemas mentais e emocionais desajustados, a neuropsicologia concentra-se principalmente na avaliação e reabilitação neuropsicológica. Malloy-Diniz (2010) e Hamdan e Pereira (2009) concordam que a avaliação neuropsicológica é um método que consiste em buscar e investigar a relação entre cérebro e comportamento, principalmente, das disfunções cognitivas que estão associadas ao Sistema Nervoso Central (SNC).

Assim, Hamdan e Pereira, (2009) e Malloy-Diniz, (2010) afirmam que esse procedimento é realizado por meio de instrumentos que auxiliam no diagnóstico clínico e terapêutico, na compreensão do funcionamento cognitivo do sujeito, bem como no prognóstico e planejamento, reabilitação terapêutica e cognitiva, além de ser útil também no acompanhamento do tratamento farmacológico e psicossocial do paciente. Os instrumentos utilizados na avaliação neuropsicológica são: entrevistas de anamnese neuropsicológica, observações, testes psicológicos e testes neuropsicológicos.

Além disso, a entrevista de anamnese obtém informações, dados úteis que são utilizados na análise dos resultados e na interpretação do impacto cognitivo das doenças neuropsicológicas. Então, é importante atentar-se às questões educacionais e às condições econômicas do sujeito, algo que demonstra essa relevância com os testes psicométricos e neuropsicológicos que muitas vezes sofrem com a intercessão da escolaridade (MALLOY-DINIZ, 2010).

É por meio da avaliação neuropsicológica que o profissional consegue alterações, juntamente com o nível de funcionamento cognitivo do paciente. Além disso, a avaliação

neuropsicológica colabora para planejar o tratamento e acompanha a evolução do quadro em relação aos tratamentos medicamentosos, cirúrgicos e reabilitadores. Nesse sentido, a avaliação neuropsicológica é essencial não apenas para a tomada de decisões diagnósticas, mas também para o desenvolvimento das instruções de reabilitação. Fuentes *et. al.* (2008) acreditam que as principais razões para se requerer uma avaliação neuropsicológica são: a) Assistência do diagnóstico geralmente procuram saber qual seria o problema do paciente e como ele se apresenta. Isso implica que seja feito um diagnóstico diferencial entre os casos que apresentam manifestações muito semelhantes ou confusas; b) Prognóstico é feito o diagnóstico, no qual se estabelecer a direção da evolução e o impacto que o distúrbio terá a longo prazo. Esse tipo tem a ver com a patologia ou condição subjacente da doença ou distúrbio; quando há lesão, deve-se avaliar o local, o tamanho e o lado em que se encontra; c) Orientação para o tratamento constitui a afinidade e a relação entre o comportamento e o substrato cerebral ou a patologia, a avaliação neuropsicológica não só delimita áreas de disfunção, mas ainda compõe as categorias e a dinâmica das confusões em estudo na patologia. Tal delineamento pode contribuir para a opção ou para alterações nos tratamentos medicamentosos ou outros; d) Auxiliar o planejamento da reabilitação, em que a avaliação neuropsicológica aponta quais são os pontos fortes e fracos cognitivos, indicar e ministra assim um “mapa” para orientar quais funções necessitam ser reforçadas ou substituídas por outras; e) A escolha de pacientes para técnicas específicas, na análise delineada de funções admite separar subgrupos de pacientes de própria patologia, possibilitando uma triagem especial de pacientes para um procedimento ou tratamento medicamentoso; e f) Perícia ajuda na tomada de decisão que os profissionais da área do direito necessitam fazer em uma determinada questão legal.

7.1.2 Métodos de avaliação em neuropsicologia

A neuropsicologia usa testes que muitas vezes se originam de pesquisas psicométricas ou de laboratório, como a principal forma para se ter acesso a constructos psicológicos como a inteligência, a personalidade, ou mesmo os valores de um indivíduo. Os testes têm uma abordagem quantitativa baseada em padrões, análise fatorial e estudo de validade, e uma abordagem qualitativa flexível que tem uma base endossada por diversos autores que alertam para a interpretação rápida dos escores, sem abandonar completamente as técnicas formais (MALLOY-DINIZ, 2010).

Para Malloy-Diniz (2010), as ferramentas neuropsicológicas podem ser classificadas como testes e exercícios. Os testes são entendidos como procedimentos com uma estrutura padronizada que requerem instruções específicas e normas derivadas de uma população representativa e os resultados obtidos são medidos por meio de padronização, que podem ser interpretadas de forma quantitativa e qualitativa, ao passo que exercícios neuropsicológicos são métodos utilizados para explorar cognição e comportamento cujo objetivo é fundamentalmente abordar as várias etapas necessárias para desempenhar uma determinada função.

Segundo Haase *et al.* (2012), os testes são ferramentas úteis para o neuropsicólogo, mas a prática em neuropsicologia não se reduz ao seu uso, pois sempre se baseia no referencial teórico para interpretar o comportamento (sintoma) e relacioná-lo ao neurológico. Porém, em relação aos exercícios, Malloy-Diniz (2010) aponta que não são testes submetidos a uma padronização, visto que estão ligados a tarefas que as pessoas normalmente realizam com facilidade, como leitura, escrita, cálculos, classificação de objetos, desenhos e as sequências de movimento. Assim, a manifestação de dificuldade para realizar qualquer uma dessas tarefas se torna um fator com significância clínica.

7.1.3 Diagnóstico

Haase *et al.* (2008) afirma que, no que diz respeito ao diagnóstico neuropsicológico, esse ajuda na investigação e orientação para o tratamento da cognição, emoções e comportamento, bem como na relação entre esses elementos e o funcionamento cerebral. Para que o diagnóstico seja possível, são utilizados instrumentos específicos para avaliar funções neuropsicológicas como atenção, percepção, linguagem, raciocínio, abstração, controle inibitório, memória, aprendizagem, funções motoras e executivas, dentre outras.

De acordo com Haase *et al.* (2008), é por meio do diagnóstico que os tipos de intervenção e reabilitação para os pacientes se constituem em condições em que ocorrem danos ou modificações que afetam o sistema nervoso central, ou que o potencial adaptativo é insuficiente para lidar com a vida pessoal e profissional, familiar ou social, e também quando o dano é causado ou associado a problemas bioquímicos ou disfunção cerebral. Hamdan, Pereira e Riechi (2011) afirmam que os exames diagnósticos podem ser realizados para efeito de diversas situações, tais como em interdições, absolvição ou detenção de pessoas, na admissão e segurança social, trabalhistas e nas ausências e indenizações.

Por fim, o psicodiagnóstico apresenta a perspectiva de se chegar a uma definição e compreensão, o mais aprofundada possível, da personalidade do paciente ou grupo familiar, e sua conclusão será posteriormente impressa, por meio de um documento denominado Relatório (OCAMPO *et al.*, 1995).

7.1.4 Relatório de avaliação neuropsicológica

O relatório de avaliação neuropsicológica é dado ao final do processo, iniciando as orientações para reabilitação quando necessário. Esse documento deve incluir aspectos descritivos com ou sem dados numéricos e a interpretação dos dados obtidos na avaliação. O relatório é um meio de comunicação oficial que responde ao processo, à demanda e também pode ter consequências jurídicas.

Este documento também pode auxiliar outros profissionais, vale a pena incluir anotações sobre as condições do paciente para o desempenho de suas atividades ocupacionais anteriores ou sobre a eventual probabilidade de cuidados especiais. Para o paciente, o importante é a entrevista de devolutiva o profissional traduza as mudanças observadas com exemplos de cada situação, pois tanto o paciente, quanto a família, necessitarão de orientações e indicações para futuro tratamento ou acompanhamento, portanto os termos técnicos devem ser explicitados, para que não tenham dúvidas (MALLOY-DINIZ *et al.* 2010).

7.1.5 Plano terapêutico

Como asseguram Haase *et al.* (2012), a intervenção em neuropsicologia tem início considerando os resultados e as estimativa da avaliação neuropsicológica que compreende alguns conjuntos de funções, tais como as funções receptivas, capacidades de selecionar, adquirir, armazenar e integrar informação por meio dos órgãos dos sentidos; memória e aprendizagem; a organização e reorganização mental da informação e as funções expressivas, pelas quais a informação é posta em ação, entre outras.

Após a pesquisa do problema, inicia-se o processo de reabilitação neuropsicológica, que consiste em um tratamento visando a recuperação de determinada função cognitiva prejudicada ou perdida, ou ainda, a adaptação do paciente aos déficits obtidos para atingir o melhor nível de adaptação plausível. Assim, os distúrbios neuropsicológicos apresentam níveis desiguais de alteração nas funções cerebrais e o comprometimento pode ser encontrado em áreas

responsáveis pela memória, atenção, linguagem, funções executivas e nível de adaptação das habilidades perceptivo-motoras (HAASE, *et. al.* 2012).

7.1.6 Plano de reabilitação

De acordo com (FUENTES *et al.*, 2014) é importante que no método de reabilitação o terapeuta elabore um plano de ações que garanta a concretização das sessões no tratamento do cliente. Essas sessões precisam ser planejadas e não podem ser confundidas com uma psicoterapia, tendo o profissional a incumbência de motivar o cliente e de descobrir objetivamente o que necessita ser ajustado e tratado. Assim sendo, sugere-se que a psicoterapia seja realizada como um complemento do tratamento, visto que ela promove a conscientização das dificuldades servindo também como auxiliar ao treino cognitivo e social.

Fuentes *et al.* (2014) afirmam que um plano de ação está relacionado à elaboração de documentos e informações que relatam o que se espera das sessões e o que aconteceu nas sessões de reabilitação. Os autores apresentam um quadro que deve estar contido em um plano de ação de reabilitação neuropsicológica:

Quadro 1 - Plano de ações de reabilitação neuropsicológica

1.	Informação provinda do cliente.	Exemplo: alterações do quadro, condições ambientais e informações pessoais.
2.	Tratamento.	Frequência e duração.
3.	Foco nos elementos de desempenho funcional.	O que se quer alcançar com determinadas intervenções.
4.	Nível de ajuda e tipo de auxílio.	Que são necessários para a realização das atividades.
5.	Seleção de materiais específicos.	Que serão utilizados em cada sessão de acordo com a demanda do cliente.
6.	Identificação de áreas-problema.	Ter em mente as áreas que precisam ser trabalhadas.
7.	Raciocínio clínico.	Para realizar a intervenção.
8.	Anotações.	Dos resultados prévios e expectativas.

Fonte: Fuentes *et.al.* (2014)

Fuentes *et al.* (2014) destacam que o plano de ação engloba o que o terapeuta traz para o tratamento do cliente. Os autores também deixam claro que é possível utilizar a mesma atividade desenvolvida com diferentes clientes e de diferentes formas, como exemplo cita um material elaborado para o treinamento da memória, portanto o recurso pode ser o mesmo, porém seu uso dependerá na finalidade que tal solução terá no tratamento de cada cliente.

No que diz respeito à base das intervenções de reabilitação, Fuentes *et al.* (2014) afirmam que o terapeuta deve estar atento a certas questões, como o objetivo do trabalho de reabilitação que está relacionado ao fato de o cliente ser capaz de realizar e alcançar as estratégias de forma independente em suas vidas diárias. Por esse motivo, na reabilitação é trivial para o terapeuta orientar seu cliente a se observar e avaliar de forma sincera e honesta, usando estratégias de correção e autorreforço.

Segundo Fuentes *et al.* (2014) a reabilitação neuropsicológica não é a cura para o déficit ou lesão, mas sim para estimular as habilidades do cliente. Também é importante que o terapeuta seja flexível e esteja pronto para reconhecer que às vezes será necessário modificar algumas estratégias no processo e método. Cabe também ao terapeuta fazer uma apresentação clara e de fácil entendimento sobre cada atividade a ser realizada, aumentando a complexidade da tarefa somente após ter certeza do sucesso do cliente em cada nível.

7.1.7 Aspectos teóricos e técnicos da neuropsicologia entre profissional e usuário na reabilitação neuropsicológica

Pontes e Hübner (2008) afirmam que a reabilitação neuropsicológica é complexa, pois não possui um padrão único capaz de atingir todos os problemas encontrados em indivíduos vítimas de distúrbios neurológicos e neuropsiquiátricos. Portanto, é necessário que o profissional tenha uma ampla base teórica. Segundo Hamdan, Pereira e Riechi (2011), a reabilitação neuropsicológica é um processo em que pessoas com lesão cerebral em cooperação com profissionais de saúde, familiares e membros da comunidade procuram tratar ou aliviar deficiências cognitivas decorrente de lesão neurológica. É importante destacar que a alteração neuropsicológica pode não estar relacionada a uma lesão em si, mas também a alguma alteração no funcionamento cognitivo, melhorando a qualidade de vida do indivíduo e família, com foco no uso das funções totalmente ou parcialmente preservado, e esse processo se dá por meio de instrução de estratégias compensatórias, da aquisição de novas habilidades e da adaptação às perdas permanentes. É importante observar que a reabilitação neuropsicológica engloba o tratamento de déficits cognitivos, mudanças de comportamento e alterações emocionais. A reabilitação cognitiva, tem como foco a melhora das funções cognitivas e, por vezes, não é possível restaurar a função cognitiva prejudicada, porém o profissional deve deixar claro que existe a possibilidade de compensá-la por meio de recursos que possam reduzir problemas no dia a dia do paciente.

No procedimento de reabilitação, proporcionará ao paciente a conscientização das suas aptidões remanescentes, o que leva a uma alteração na auto-observação e, possivelmente, a uma concordância com sua nova existência, sendo necessário seguir as etapas, a primeira é a efetuar uma avaliação neuropsicológica, que visa compreender e medir as deficiências cognitivas e funções que não sofreram alterações. Dentro desse processo de reabilitação, o profissional deve sempre respeitar o ritmo e o peso do paciente e, para isso, é importante que ele esteja cuidando da própria ansiedade, para que suas emoções não interfiram no tratamento com o sujeito (D'ALMEIDA *et al.*, 2004).

De acordo com Fuentes *et al.* (2014), na reabilitação neuropsicológica, é necessário que o terapeuta mostre os caminhos ainda desconhecidos do cliente, e isso é possível por meio de perguntas dirigidas, a fim de buscar respostas que contribuam para melhor compreender o indivíduo e sua demanda. Desta forma, o vínculo entre o terapeuta e o cliente acontece gradativamente. Portanto, na reabilitação neuropsicológica, o terapeuta assume o papel de reduzir o impacto das dificuldades de vida do cliente e as intervenções precisam ser discutidas para que todos os envolvidos concordem com o trabalho que será desenvolvido.

Existem várias maneiras de um paciente conseguir a reabilitação, Fuentes *et al.* (2014) afirmam que a primeira coisa a se fazer nesta etapa é a equipe ou o terapeuta realizar uma triagem para verificar se o cliente se beneficiará ou não com a reabilitação neuropsicológica. Para a realização da avaliação, é possível recorrer ao próprio cliente, sua família e outros profissionais, esse contato pode ser feito por meio de entrevistas, observação ou por meio de instrumentos padronizados. A avaliação também abrange a identificação de problemas, sugestão de serviços, comunicação de resultados para o paciente, a familiares e outros profissionais relevantes.

Conforme Fuentes *et al.* (2014), as avaliações adotam três linhas que norteiam o procedimento: identificar os componentes de uma habilidade específica a ser avaliada e comparada; observar o cliente em diferentes cenários e atividades; e usar testes padronizados e estabelecer a base da linha para as medições, considerando a frequência e o grau de gravidade do problema. Os objetivos da reabilitação devem ser planejados com prazos para atingir os objetivos do tratamento, que podem ser de curto, médio e longo prazo e o modelo deve estar sempre centrado no cliente. Essa abordagem tem o desafio de transferir as atitudes e estratégias

aprendidas para a vida prática do cliente. O terapeuta identifica cognição prejudicada, como atenção ou memória, e planeja exercícios sequenciados, utilizando uma abordagem corretiva ao treinamento cognitivo que pode ser utilizada em atividades de mesa, com papel e lápis, atividades de computador ou exercícios e jogos. Permite melhorias nos mecanismos biológicos de recuperação cerebral, além de facilitar a reorganização dos circuitos cerebrais independente do tempo após a lesão.

A abordagem adaptativa, também conhecida como abordagem compensatória, trata de uma intervenção que envolve as barreiras ou dificuldades do paciente. Desta forma, o foco está nas habilidades que estão intactas para desenvolver processos compensatórios para as funções deficientes. Assim, utilizando métodos compensatórios, no qual o terapeuta precisa ajudar seu cliente a reorganizar hábitos e rotinas, aprender estratégias internas e modificar o contexto das atividades a serem realizadas. Nesse procedimento, são utilizadas soluções de ajuda externa, como diários, blocos de notas, *papers* e cartazes. Da mesma forma, com a abordagem compensatória, procurou-se oferecer soluções para o cliente trabalhar a sua existência de aprendizagem, bem como reduzir o impacto e conflito com as suas dificuldades no habitual. A abordagem mista são combinações de atividades, tarefas e ocupações, tanto no recurso terapêutico quanto na adaptação (FUENTES *et al.*, 2014).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A neuropsicologia desempenha um papel importante no contexto da psicologia como ciência e profissão. A investigação e os conhecimentos adquiridos nesta área de atividade contribuem para ampliar a averiguação científica, que ajuda a esclarecer a relação entre o cérebro e o comportamento humano, e direcionar a aplicação desses conhecimentos no domínio profissional, visto que a avaliação e a reabilitação neuropsicológica contribuem para a identificação, documentação e tratamento das alterações cognitivas e comportamentais presentes no Sistema Nervoso Central (SNC).

Por segurança, a análise deve levar sempre em consideração a escolaridade do paciente, as situações mórbidas de saúde, o uso de medicamentos ou outras substâncias que atuam no SNC. Além disso, deve-se analisar os dados obtidos na anamnese, a impressão nas observações do comportamento, bem como as informações obtidas nas baterias de rastreamento e nos testes para avaliar as limitações do indivíduo. Juntas, essas informações levarão à escolha dos exames adequados e tornarão o diagnóstico diferencial e mais seguro.

Porém, é claro que a reabilitação neuropsicológica requer, de certa forma, que o cliente seja parte ativa de seu tratamento, sendo imprescindível que ele participe e mantenha um envolvimento contínuo ao longo de todo o processo. A reabilitação é uma intervenção com objetivos claramente definidos e explicados de forma simples e de fácil compreensão ao cliente, sendo que a grande maioria ainda tem uma duração limitada, que estará sempre de acordo com as queixas apresentadas, com atuação individual do cliente e com a relação terapêutica que foi estabelecida.

A neuropsicologia é o campo das neurociências em que incide na interseção dos dados e informações cognitivas com as ciências comportamentais, adquirido diferentes aspectos do conhecimento, como informações de avaliação e as intervenções prescritivas mostrando mais eficazes.

REFERÊNCIAS

- CAPOVILLA, A.G.S. (2007) **Contribuições da neuropsicologia cognitiva e da avaliação neuropsicológica à compreensão do funcionamento cognitivo humano**. Cadernos de Psicopedagogia, 6 (11), p.00-00. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo>.
- CARAMAZZA, A. & COLTHEART, M. (2006) **Cognitive Neuropsychology twenty years on**. Cognitive Neuropsychology, 23(1), 3-12
- CARLOS, S. A. O processo Grupal. In: JAQUES, M.G.C. *et al.* **Psicologia Social Contemporânea**. Vozes, 2009 (p.198-205). <http://pablo.deassis.net.br/wp-content/uploads/Psicologia-social-contemporanea-Maria-da-Graca-Correa-Jacques.pdf>
- COSENZA, R.M., FUENTES, D. & MALLOY-DINIZ, L.F. (2008) **A evolução das idéias sobre a relação entre cérebro, comportamento e cognição**. In: Fuentes, D., Malloy-Diniz, L.F., http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472009000100003
- DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais/ Paulo Dalgalarrodo**. – 2. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2008. 440 p.; 25 cm. ISBN 978-85-363-1332-0. CDU 616.89-008.
- D'ALMEIDA, A; Pinna, D.; Martins, F.; Siebra, G.; Moura, I. - **Reabilitação cognitiva de pacientes com lesão cerebral adquirida**. CienteFico 2004; IV (I).
- ELLIS, A., & YOUNG, A. (1988). **Human cognitive neuropsychology**. Lawrence Erlbaum Associates.
- FUENTES, D., MALLOY-DINIZ L. F., CAMARGO, C. H. P., COSENZA, R. M. et. al. (2008). **Neuropsicologia – Teoria e Prática**. Porto Alegre: Artmed.
 _____. [et al.]. **Neuropsicologia** [recurso eletrônico]: teoria e prática / 2. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014. Editado também como livro impresso em 2014. ISBN 978-85-8271-056-2 1. Neuropsicologia. I. Fuentes, Daniel. CDU 616.8:159.9
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social: deliamento da pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas s.a,2008.50p.
- HAASE *et. al.* **Um sistema nervoso conceitual para o diagnóstico neuropsicológico**. Contextos Clínicos, 1(2):125-138, julho-dezembro 2008 © 2008 by Unisinos - doi: 10.4013/ctc.20082.08
 _____. *et al.* **Neuropsicologia como ciência interdisciplinar: consenso da comunidade brasileira de pesquisadores/clínicos em Neuropsicologia**. Neuropsicologia Latinoamericana, Calle, v. 4, n. 4, p. 1-8, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2075-94792012000400001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso 30 abr. 21.
- HAMDAN, A; and PEREIRA, Ana Paula de Almeida. **Avaliação neuropsicológica das funções executivas: considerações metodológicas**. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2009,

vol.22, n.3, pp.386-393. ISSN 0102-7972. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722009000300009>>. Acesso 30 abr. 21.

_____. PEREIRA A. P. and RIECHI I. **Avaliação e Reabilitação Neuropsicológica: Desenvolvimento Histórico e Perspectivas Atuais**. Universidade Federal do Paraná/ Interação em Psicologia, 2011, 15(n. especial), p. 47-58. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v15i0.25373>>. Acesso 31 abr. 21.

KRISTENSEN, C.H., Almeida, R.M. & Gomes, W.B. (2001) **Desenvolvimento histórico e fundamentos metodológicos da neuropsicologia cognitiva**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 14 (2), 259-274. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722001000200002>>. Acesso 30 abr. 21.

LURIA, Aleksandr Romanovich, 1903-1978. L988f **Fundamentos de Neuropsicologia** / A. R. Luria; tradução de Juarez Aranha Ricardo. - Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

MALLOY-DINIZ [et al.]. **Avaliação neuropsicológica** [recurso eletrônico] Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2010.

MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

OCAMPO, M. L. Siquier et al. **O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas**. Trad. M. Felzenszwalb, São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PINHEIRO, M. **Aspectos Históricos da Neuropsicologia: Subsídios para a formação de educadores**. *Educar em revista*, (25), 2005. Disponível em: <[Educar 25.pdf \(scielo.br\)](#)>. Acesso 30 abr. 21.

PONTES, L.M.M.; HÜBNER, M.M.C. **A reabilitação neuropsicológica sob a ótica da psicologia comportamental**/ Rev. Psiq. Clín. 35 (1); 6-12, 2008.

SHALLICE, T. (1988) **From neuropsychology to mental structure**. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (2004) **On Harley on Rapp**. p. 41-43 In: Cognitive Neuropsychology. University College London, UK.

VENDRELL, J.M. (1998) **A evolução da ciência neuropsicológica e sua importância no mundo atual**. In: Capovilla, F.C. M., Gonçalves, J. & Macedo, E.C. (eds.) *Tecnologia em (re)habilitação cognitiva: Uma perspectiva multidisciplinar* (pp.19-26).São Paulo: Edunisc & SBNp.

ANSIEDADE DISFUNCIONAL: NUMA PERSPECTIVA REFLEXIVA A SUBJETIVIDADE NO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

Suele Carvalho De Jesus

Resumo: Este artigo tem como propósito especificar alguns dos aspectos da ansiedade que vem ganhando muitos desfechos não favoráveis à sua real natureza, sendo evidenciada como vilã e não mais como aliada à adaptação de alguns sujeitos. Elucidando assim algumas estratégias de enfrentamento para esses indivíduos. Tendo também como proposta, trazer reflexões aos psicólogos (as) a um novo olhar, que possibilite tratar esse paciente em seu contexto (social, cultural, político), necessitando ser visto em primeira instância, como um ser complexo em toda sua subjetividade, e não apenas nos aspectos de uma patologia. Essa pesquisa foi feita através de um levantamento bibliográfico, dentro de uma proposta descritiva qualitativa, de pesquisas com acesso a internet, direcionada mais a perspectiva da teoria psicanalítica, tendo como resultados as peculiaridades da ansiedade disfuncional, em direção a novos olhares para uma melhor adaptação do indivíduo.

Palavras-chave: Ansiedade disfuncional. Menor prejuízo ao sujeito. Psicanálise. Subjetividade do sujeito.

1 INTRODUÇÃO

A ansiedade sempre teve um importante papel no processo de desenvolvimento humano, nas conquistas, no ato de se preparar para algo, a mesma pode ser uma ferramenta bastante útil, apesar de ser interpretada por muitos como algo ruim, essa emoção é relevante para a sobrevivência do indivíduo, pois o processo de aumento da adrenalina acontece gerando um impulso do organismo para uma suposta atitude na direção da adaptação, na resolução de um problema.

Diante das novas demandas sociais, muitos enfrentam dificuldades em habituar-se à rotina tão exaustiva do dia a dia, como: trabalho, estudos (faculdade, colégios) e a ações simultâneas de atividades, articuladas muitas vezes com novos desafios que surgem quase sempre. Fatores esses que contribuem para adoecimentos de indivíduos que acabam reféns de seus próprios “fantasmas” inconscientes.

Quando a ansiedade não traz adaptações à sobrevivência do indivíduo, ela ganha outra configuração, passando de uma aliada para uma grande vilã. Tempos atrás, a ansiedade excessiva não era considerada como patológica, ou seja, a mesma era tida como traço da personalidade humana, com o tempo ela começa a ganhar formas.

Segundo o médico Jacob Da Costa (1891) a ansiedade chamada por ele: “Síndrome do Coração irritável”, era percebida em pacientes que apresentavam problema cardíaco crônico como sintoma. Daí em diante novas configurações vão coexistindo nos manejos de varias abordagens psicológicas, como a psicanálise em sua enorme contribuição na articulação do sujeito como fenômeno de seu inconsciente em meio a recalques, fruto de muita angustia para o neurótico.

Segundo Freud (1976), a ansiedade resultava de uma descarga, de um represamento inadequado da libido que, em qualquer caso o resultado era uma acumulação de libido não liberada que se poderia transformar em ansiedade. Conflitos ou inibições inconscientes concernentes à gratificação sexual.

Freud salientou que a ansiedade é o problema central da neurose, para ele a ansiedade tinha uma base biológica, herdada. Acreditando que a psique esteja mergulhada em estímulos demasiadamente para dominar ou descarregar.

Sendo um assunto tão pertinente, principalmente a sociedade atual, com tantos estímulos e pressões, o manejo com o excesso do sintoma passa a ser interesse de muitos que desejam se adaptarem melhor as exigências do cotidiano, por isso, essas informações contribuirão para conscientizar sobre os riscos da ansiedade disfuncional nos indivíduos, com alguns recursos clínicos para minorar os prejuízos que poderão abalar o funcionamento do sujeito, possibilitando aos mesmos, meios favoráveis para sua saúde mental.

O corpo desse trabalho foi fixado ao entendimento da psicologia, para contribuir com algumas conscientizações sobre essa temática, no intuito de trazer algumas reflexões sobre a problemática do excesso de preocupações desnecessárias que repercutem na saúde emocional, motivando o sujeito a angustias que penetram na alma.

Como foco principal numa condição de alerta em sensibilizar tanto o paciente para uma conscientização da importância do tratamento psicológico, quanto para à mobilização dos psicólogos (as) diante do tratamento dirigido ao sujeito, na reflexão do manejo da autonomia do indivíduo, deixando como foco central o “transtorno” como a única forma de enxergar a pessoa, preocupando-se em primeiro lugar com o contexto desse paciente que traz como referência vários aspectos a serem trabalhado.

Logo, as pretensões desse trabalho é ofertar um arcabouço que impulse esses pacientes a compreender melhor o processo de tratamento que terá que procurar para sua melhor adaptação, possibilitando ao mesmo tempo um olhar mais assertivo dos profissionais, os quais necessitam direcionar suas percepções em variadas dimensões do sujeito (cultura, social, orgânica e psicossocial), assim, favorecendo a subjetividade de cada indivíduo ao invés de rotular ou “patologizar” sem o compromisso de analisar esses pacientes em suas nuances.

Esse trabalho teve como levantamento bibliográfico pesquisas de acesso à internet, na perspectiva da teoria psicanalítica, dentro de uma proposta descritiva bibliográfica qualitativa. A pesquisa foi dividida em duas partes. No primeiro momento, a contribuição e esclarecimentos da psicanálise, aliados a alguns autores, trazendo a perspectiva da psicanálise para o tema abordado, e as vantagens e desvantagens da ansiedade para o sujeito.

No segundo momento, foram analisadas as estratégias que podem conduzir melhor o indivíduo a adaptações em seu existir, trazendo como propósito alertar para a importância do tratamento psicológico, propondo também um novo olhar aos profissionais para a questão da subjetividade que está acima de qualquer transtorno que posso rotular esse paciente antes de algumas conclusões.

Assim, o objetivo dessa pesquisa está na proposta de apontar os riscos da ansiedade em excesso para o dia a dia do sujeito, possibilitando um olhar mais criterioso e seletivo no sentido de interpretar melhor as situações que desencadeiam a mesma como vilã e não como aliada, como também encarar o tratamento como uma importante solução no processo de elaboração e por fim, sensibilizar profissionais na proposta de ir além do transtorno em suas análises, tratando o indivíduo em sua complexidade existencial.

2 PERSPECTIVAS DA ANSIEDADE SEGUNDO A PSICANÁLISE, E A DISFUNCIONALIDADE DO EXCESSO DESSA EMOÇÃO.

Para Freud, sentir qualquer emoção é uma função do ego e naturalmente deve prevalecer também em relação à ansiedade. Quando os bebês possuem apenas rudimentos de ego e mesmo

essa pequena porção que começou a se destacar do resto do id ainda não é tão claro. Não obstante, seja qual for à parte do ego que pode ser distinguida em crianças tão novas, constitui o local em que se desenvolve a ansiedade.

Para a psicanálise a capacidade que cada indivíduo tem a responder a algo de maneira excessiva quanto aos estímulos, persiste por toda a vida. Em outras palavras, uma situação traumática, no sentido freudiano, pode ser desenvolvida em qualquer idade.

Tendo como relevância situação adversa, trona-se traumática gerando ansiedade, somente se os estímulos produzidos forem de origem interna ou externa, não podem ser adequadamente dominados ou descarregados. Tanto as situações traumáticas que surgem em consequência das exigências do id são as mais comuns e as mais importantes nos primórdios da vida.

A ansiedade de alarme é ou deveria ser, de muito menor intensidade do que a ansiedade que acompanha uma situação traumática. Como um aviso para as devidas reações menos desagradáveis do que a ansiedade que se poderia desenvolver, caso o aviso não fosse dado e se manifestasse uma situação traumática. A ansiedade de alarme é uma ansiedade atenuada. A natureza da ansiedade não é, de modo algum, patológica em si mesma. Ela é necessária à vida psíquica e ao crescimento.

O perigo mesmo é o determinante da situação traumática em que o sujeito foi subjugado pela ansiedade. A mesma é um sentimento vago e desagradável de medo, apreensão, caracterizado por tensão ou desconforto derivado de antecipação de perigo, de algo desconhecido ou estranho.

Como as possibilidades da ansiedade patológica está tantos em recortes internos quanto externos, vale salientar que mudança no estilo de vida do indivíduo deixa-o mais vulnerável também ao estresse, assim, a vida se configura em determinados momentos em um tormento para algumas pessoas, tendo como problemas psicossociais que podem proporcionar uma situação prejudicial à saúde e sua qualidade de vida.

Isso repercute o quesito de fatores que implicam as habilidades do sujeito em suas atividades diversas quanto na abrangência de suas vivências. Tendo também a importância do auto interpretação que o indivíduo fará ao longo de sua constituição. A importância de um suporte psicológico, podendo proporcionar ao sujeito mais segurança no manejo de suas validações circunstâncias, tentando estabelecer mais produtividade e criatividade em sua vida.

Como dizem: “A diferença do veneno para o remédio é a dose”, assim também funciona como analogia para a ansiedade, que passa a ser reconhecida como patológica quando é vivenciada em excesso, desproporcional em relação ao estímulo, ou qualitativamente diversos do que se observa como norma naquela faixa etária e interferem com a qualidade de vida, o conforto emocional ou o desempenho diário do indivíduo.

O sintoma e inibição são expostas por Freud (1976) uma direção primordial para a investigação da ansiedade, sendo que a inibição refere-se a uma redução da função, e o sintoma a uma alteração patológica dessa função. Para exemplificar a relação entre inibição e função, fala de algumas funções (a função sexual, a do comer, a da locomoção e a do trabalho profissional), argumentando, entretanto, que em qualquer um desses casos, a inibição é sempre a expressão de uma restrição da função do Ego. (Freud, 1976, apud Viana, 2010)

Já um sintoma é um sinal e um substituto de uma satisfação instintual que permaneceu em estado latente, ou seja, é consequência do processo de repressão, que se dá a partir do Ego, quando este, talvez por ordem do Superego, se recusa a associar-se com uma catexia instintual que foi provocada pelo Id. O Ego impede, assim, a ideia-veículo do impulso repreensível de tornar-se consciente. Entretanto, essa ideia persiste como formação inconsciente (Freud, 1976, apud Viana, 2010).

Portanto, o Ego, ao se opor a um impulso instintual, dá o sinal de desprazer (ansiedade). Tendo em vista, dirá Freud, que o Ego se encontra em contato tanto com estímulos exógenos quanto com estímulos endógenos, ele reage contra os perigos externos e internos de modo semelhante. (Freud, 1976, apud Viana, 2010).

No caso de um perigo externo, recorre às tentativas de fuga, retirando a catexia da percepção do objeto perigoso e realizando movimentos musculares, de tal forma a afastar-se do perigo (Freud, 1976). A repressão é um equivalente a essa tentativa de fuga. O Ego retira sua catexia do representante instintual que deve ser reprimido e utiliza tal catexia para liberar o desprazer, ou seja, liberar a ansiedade. (Freud, 1976, apud Viana, 2010).

Em outras palavras, Freud (1976) traz o conceito de ansiedade como uma resposta de origem afetiva, ou seja, um estado vivenciado resultando em antigas experiências traumáticas, ativando assim as lembranças do indivíduo que estabelecerá uma relação de equivalências a situação do trauma, gerando a ansiedade patológica.

Nessa perspectiva ansiedade se configura numa disfunção na adaptação desse sujeito em seu meio, levando a sintomas diversos que podem variar de uma pessoa para outra. Como: inquietação, fadiga, irritabilidade, dificuldade de concentração, tensão muscular, cefaleia, insônia, entre outras. Sintomas esses que levam a origem do significado da palavra ansiedade em grego (sufocar, oprimir).

Dessa forma o indivíduo se vê incapaz de manter o equilíbrio das emoções alavancadas por pensamentos incontroláveis que surgem emoções que acabam criando situações que na maioria das vezes não existem.

A incapacidade de tolerar a incerteza também vem como reflexo de um aumento da ansiedade. As pessoas que sofrem de preocupação crônica têm um impulso enorme para tendências ao esclarecimento de todas as suas dúvidas e imprevisibilidade.

Preocupar-se é visto como uma maneira de prever o que o futuro lhes reserva, uma forma de evitar surpresas desagradáveis e controlar os resultados. O problema é que esta estratégia de querer saber o que vai acontecer no futuro ou certificar-se que as coisas temidas não irão acontecer, simplesmente não funciona. Então a preocupação para esses indivíduos tende aliviar supostamente a ansiedade, o que só piora, pois a essa falsa sensação só proporciona ainda mais estímulos estressantes.

3 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTOS

As características pessoais são importantes determinantes dos níveis de ansiedade experimentadas por uma pessoa. Nesse sentido, não são propriamente os estressores que determinam se o impacto será grande ou pequeno a esse grupo de indivíduos, mas sim a vulnerabilidade individual às pressões que, por sua vez, encontra-se atrelada à estrutura psicofísica, cultural e social de cada um.

Por isso, até mesmo as estratégias de enfrentamentos, têm influências com o gosto e estilo de vida do sujeito, que por sua vez poderá estabelecer melhores manejos a sua própria melhoria quanto ao exercício contínuo de estabelecer relações favoráveis com seus próprios sintomas.

Assim, antes de querer controlar a ansiedade é preciso identificar o pensamento perturbador, sendo o mais detalhado possível sobre o que assusta ou preocupa, levando em consideração a autoanálise juntamente uma psicoterapia que poderá auxiliar, direcionando o sujeito aos seus próprios recalques.

Levando o mesmo a explorar suas crenças, ao invés de ver os seus pensamentos como factos, dando espaço a hipóteses que podem estar testando no sentido de verificar se vão ao encontro daquilo que é de fato ou não.

Ao examinar e desafiar os medos e preocupações, o indivíduo vai desenvolver uma perspectiva mais equilibrada, exercitando o equilíbrio emocional, duvidando de si mesmo, já que a mente ansiosa funciona sempre como armadilhas que impulsionam a antecipações fictícias em muitos momentos.

Praticar atividades de lazer, também pode trazer descanso para uma mente que sempre está fixa a preocupações, pois a satisfação, alegria, o relaxamento são aliados a uma mente saudável. Atividades essas que permitam envolver o sujeito ao prazer, para que proporcionem menos controle e não por obrigação, pois geralmente a mente do ansioso segue padrões de controle e não de prazer.

Exercício físico é outra arma para exercitar o equilíbrio emocional, pois o corpo do ansioso anda muitas vezes tenso, por isso, a atividade física pode está auxiliando nesse manejo corporal. Dando importância a preferência do sujeito, uns para dança, outros academia, caminhada ou até mesmo jogos coletivos.

Relações interpessoais, como amigos, familiares ou ajuda profissional podem formar uma rede de apoio nesse exercício, pois a ansiedade e preocupação pioram quando o sujeito se sente impotente e sozinho. Nesse aspecto é relevante construir um forte sistema de apoio, isso contribuirá talvez para atenuar a sensação de vulnerabilidade.

Uma outra aliada nesse aspecto de enfrentamento quando passa a ser muito difícil controlar esse sentimento sozinho, é procurar ajuda profissional (psicóloga -o). Através da psicoterapia é possível aprender maneiras mais construtivas de lidar com a ansiedade que o indivíduo é submetido diariamente e com as particularidades da vida pessoal, profissional ou familiar.

Ao tratar o assunto na terapia, fica mais fácil compreender os aspectos da ansiedade por outro ângulo. Por exemplo, o que alimenta a ansiedade, identificar as possíveis causas e reconhecer as emoções e comportamentos que vêm dificultando o processo do sujeito, isso aumenta o autoconhecimento, sendo um dos passos para ficar bem.

Compreendendo como funciona o mecanismo de ansiedade a pessoa entende o que está acontecendo com seu corpo e sua mente no momento ansioso, aumentando assim a sua sensação de segurança e minimizando pensamentos catastróficos pela incerteza do que acontecerá em seguida.

Ao tratar o assunto na terapia, a leitura do sintoma fica mais compreensível para lidar com ele de um modo diferente. A Psicologia não é uma ciência exata e por isso mesmo não se pode prever os resultados precisos que serão obtidos com a psicoterapia, nem o tempo que isso levará, mas o engajamento positivo do sujeito irá favorecer o avanço no processo.

4 REFLEXÕES AOS PSICÓLOGOS (AS) NO MANEJO DA SUBJETIVIDADE DO PACIENTE COMO O PRIMEIRO PASSO NO TRATAMENTO PSICOLÓGICO

Dentre as transformações contemporâneas que se dão no campo da saúde mental, é válido ressaltar para a tendência, sem precedentes, de se classificar o sofrimento mental, fazendo calar o que do sujeito insiste em denunciar seu estado e posicionamentos psíquicos.

Esses fenômenos se entrecruzam, estabelecendo diversas e fecundas relações de retroalimentação perigosas entre si. Nesse sentido, questões atuais como o uso de nomenclaturas

diagnósticas feito pela população, tal como rótulos estanques do mal-estar e do sofrimento psíquico, vem tendo bastantes destaques nas classificações e olhares clínicos desses pacientes.

Como salienta Caponi (2012, p.119), os critérios pretensamente científicos e validados de classificação excluem as narrativas dos sujeitos e suas histórias de vida ou as subordina a explicações biológicas referidas a alterações ou déficit nos neurotransmissores. Isso acaba levando ao equívoco de pensar no adoecimento do sujeito apenas como um processo unilateral e não multidimensional.

Nessa perspectiva a patologia em detrimento à pessoa, toma conta na classificação de comportamentos possivelmente naturais diante da vida e impõem a “doença mental” como único elemento de sentido – na maioria das vezes, excluindo a vivência da pessoa que sofre, dando ‘fim’ em todo o contexto do paciente, estabelecendo apenas a classificação já preconcebida.

É assim que, aos poucos, as pessoas estão sendo convencidas de que qualquer problema, qualquer contrariedade é insuportável, o que transformou o sofrimento psíquico em uma doença mental, para a qual existe um medicamento apropriado para a emoção que o sujeito não deveria sentir (Ceccarelli, 2010).

Para que fique claro, a problemática aqui não é invalidar todo um estudo que traz referências de patologias (DSM), até porque, é preciso ter uma direção por meio de hipóteses diagnósticas, no entanto, é preciso mais desse profissional, é necessário um olhar menos generalista, e mais abrangente na subjetividade do sujeito, direcionando sua análise mais as nuances do paciente.

Ao produzir a subjetividade que lhe é própria, a contemporaneidade acaba arrastando consigo o padecimento psíquico na forma de excessos e transbordamentos no lugar do que deveria permanecer vazio. O que ora enseja são questionamentos de um não compreender que nas tramas do sofrimento psíquico, abrem as portas para se debater as consequências da patologização de condições próprias do humano, que reflete diversos contextos.

Deixando esse sujeito a mercê apenas de um diagnóstico não questionável, exacerbando talvez o quadro do adoecimento psíquico. A ideia que se expressa entorno da subjetividade individual busca demonstrar que a vida e suas nuances, moldáveis pelo homem em sua singularidade, existem e o influenciam, que uma dificuldade não precisa ter a ver com desequilíbrios neurológicos.

Dentre muitos casos, coincide que o momento em que a pessoa passa a se perceber enquanto “doente mental” se dá no mesmo momento em que, ao ser institucionalizada em algum serviço, seus sintomas acabam recebendo algum tipo de classificação técnica.

Assim uma das conclusões as quais se pretende chegar por meio de tudo que vem sendo exposto neste artigo, diz respeito a ideia de que, para diversas pessoas, a configuração subjetiva de uma “patologia” se dá conforme diferentes processos da vida. A união entre situações de violência, situações traumáticas e perdas de natureza distinta, com a falta de ferramentas psicossociais para lidar com a fragilidade causada por estes momentos e acontecimentos, influem diretamente na saúde mental das pessoas, como a ansiedade disfuncional por exemplo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos perigos do excesso da ansiedade, e em consonância do olhar profissional mais abrangente e menos generalista, este artigo traz algumas informações que poderão ser relevantes para a construção de novos olhares, tanto para o equilíbrio da ansiedade disfuncional, como para o manejo da subjetividade do sujeito em sua análise. Estratégias de enfrentamento foram citadas em prol de um melhor aproveitamento e favorecimento da ansiedade de forma equilibrada.

Nesse trabalho as duas reflexões são feitas tanto para o paciente quanto para o profissional que demanda um olhar mais integrativo. Com algumas estratégias de enfrentamentos para o sujeito que requer um tratamento que o possibilite lidar muito mais com a disfuncionalidade da ansiedade em seu cotidiano, do que com propriamente uma patologia. Levantando em primeira instância todo o contexto do sujeito, suas interpretações e implicações diante disso, para depois se necessário utilizar uma descrição para um melhor diagnóstico (DSM).

Dessa maneira, o desenvolvimento subjetivo e a desconstrução da patologia se cristalizam. Enfatiza-se a capacidade do ser humano em buscar seus próprios caminhos, de conquistar sua autonomia, ao passo que um apoio construtivo é construído e aprimorado tanto pelo sujeito que necessita de ajustes nas interpretações de sua vida, quanto para as psicólogas (os) na busca desse olhar mais criterioso e integrativo nas relações subjetivas desse sujeito.

REFERÊNCIAS

NARDI, Antônio Egídio; Mauro Mendlowicz ; Carlos Camisão. **Transtorno de ansiedade generalizada (Questões teóricas e diagnósticas)**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Antonio_Nardi/publication/281543570_Generalized_anxiety_disorder_Theoretical_and_diagnostic_principles/links/568be90d08ae8f6ec7523e2b/Generalized-anxiety-disorder-Theoretical-and-diagnostic-principles.pdf> Acesso: 22 de maio de 2019 às 00:00.

Teoria Psicanalista da Ansiedade. Artigo por Colunista Portal - Educação - PORTAL EDUCAÇÃO. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/psicologia/teoria-psicanalitica-da-ansiedade/12446>>. Acesso em: 27/05/2019 às 23:00.

CASTILLO, Ana Regina GL; Rogéria Recondo; Gisele G Manfro. (**Transtorno de Ansiedade**). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600006 . Acesso em 02/06/2019 às 16:14.

VIANA, Milena de Barros. **Freud e Darwin: ansiedade como sinal, uma resposta adaptativa ao perigo**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302010000100006> Acesso em 29/06/2019 às 23:00.

LUCAS, Miguel. (**5 estratégias para aliviar a ansiedade**). Disponível em: <<https://www.miguellucas.com.br/estrategias-para-aliviar-a-ansiedade/>> Acesso em 21/07/2019 às 13:00.

RIBEIRO, Alexandre. (**Psicopatologia na contemporaneidade: análise comparativa entre o DSM-IV e o DSM-V**). Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922020000100046 Acesso em 25/11/2020 às 16:00.

O FANTÁSTICO COMO POSSIBILIDADE RECORRENTE NO CONTO OS TRÊS NOMES DE GODOFREDO, DE MURILO RUBIÃO À LUZ DA TEORIA DE TZVETAN TODOROV

Jardel Pereira Fernandes

Resumo: Este artigo permite refletir acerca do conto fantástico, o qual povoa o imaginário popular. A tal reflexão pode ser agregada análises à luz de teorias da literatura. A pesquisa tem o objetivo de analisar a recorrente presença de características do realismo fantástico em um conto da literatura brasileira proporcionando novos olhares e interpretações literárias ao que se refere à narrativa ficcional. A proposta deste estudo tem por objetivo fornecer elementos que motivem o leitor a desenvolver uma visão mais crítica concernente à literatura, como saber histórico-cultural, bem como, disponibilizar ao pesquisador a possibilidade de recorrer a relevante fonte de pesquisa permitindo que leitor e pesquisador se tornem ainda mais críticos e reflexivos acerca da realidade sócio-cultural que os cerca.

Palavras-chave: Literatura Fantástica. Teoria do conto Fantástico. Literatura Brasileira.

Em sua obra intitulada “Introdução à Literatura Fantástica”, Tzvetan Todorov (1977) traz à luz múltiplas reflexões acerca da literatura fantástica, em especial do conto fantástico. Tais considerações permitem que o leitor e pesquisador estejam imbuídos de elementos que os auxiliem a encontrar no conto *Os Três Nomes de Godofredo* diferentes especificidades do Realismo Fantástico.

No conto *Os Três Nomes de Godofredo* o autor elabora uma narrativa que se passa em um lugar comum, um espaço qualquer, nas ruas de uma grande cidade. As relações que permeiam a ficção ultrapassam o real, com homens e mulheres aparentemente desconhecidos, mas, que interagem em uma relação conjugal. A narrativa rubiana apresenta um narrador autodiegético, o qual relata suas próprias experiências, contando-as como personagem central da narrativa. Há de se considerar que o narrador, diferente do autor, uma entidade empírica, é uma entidade fictícia, a quem, cabe a tarefa de enunciar o discurso, no cenário da ficção.

A ficção se desenvolve em torno de um narrador-personagem denominado Godofredo, esse é descrito como um homem que se casa diversas vezes. Tais casamentos são pouco duráveis, especialmente, quando se analisa a forma prematura como ocorreram seus desfechos, pois o homem, após casar-se, logo tira a vida de suas esposas. Fica evidente, então, que o fantástico está presente em todo o enredo fictício.

A morte apresenta-se como uma saída para o descontentamento resultante de um cotidiano marcado pela monotonia. Nota-se uma incessante busca, ainda que inconsciente, por uma relação amorosa, a qual se apresentará sempre finita. A narrativa é marcada pelo esquecimento do protagonista. Eis, portanto, um importante elemento do realismo fantástico.

Cada elemento desenvolvido na narrativa, por menor que pareça, envolve uma apropriação e representação dos elementos do fantástico, os quais resultarão na totalidade do conjunto no relato conforme o autor Tzvetan Todorov elucida: “seria falso entretanto pretender que o fantástico só possa existir em uma parte da obra.” (TODOROV, 1977, p.50). Dessa forma, a construção do relato é elaborada, de tal modo que, o leitor atento, seja conduzido à apropriação do ficcional.

A hesitação, é, pois, a primeira condição para a formação dos elementos que proporcionarão ao leitor a certeza de que está diante do fantástico (TODOROV, 1977), pode-

se notar que a hesitação perpassa toda a narrativa, de forma que, o leitor em muitos momentos, é movido a dizer: “Cheguei quase a acreditar” (TODOROV, 1977, p.36). Ainda dentro desta perspectiva desejo destacar que:

O fantástico ocorre nesta incerteza; ao escolher uma ou outra resposta, deixa-se o fantástico para se entrar num gênero vizinho, o estranho ou o maravilhoso. O fantástico é a hesitação experimentada por um ser que só conhece as leis naturais, face a um acontecimento aparentemente sobrenatural. (TODOROV, 1977, p.31).

O conto *Os Três Nomes de Godofredo* apresenta uma diversidade de elementos fantásticos. Entretanto, um dos principais acontecimentos que fogem ao natural, ao esperado, ocorre no momento em que um homem se senta por quinze anos em um mesmo lugar para jantar, e, repentinamente, se dá conta de que, a partir de um tempo indeterminado, indefinido, impreciso, que uma desconhecida tenha se sentado à sua frente sem que ele nem ao menos tomasse conhecimento. O narrador nos conta:

De uma data que não poderia precisar, todos os dias, ao almoço e ao jantar, ela sentava-se à minha frente na mesa onde por quinze anos seguidos fui o único ocupante. Ao me certificar da sua constante presença, considerei o fato perfeitamente natural. (RUBIÃO, 2016, p. 118).

A narrativa revela a falta de preocupação do personagem, o qual usufrui da companhia da mulher à sua frente, sem se incomodar, à princípio, com essa presença. Ela parece não ter sido convidada. Entretanto, posteriormente, Godofredo mostra um interesse relacionado ao bem-estar de sua vizinha. Apesar de sua preocupação ele decide mudar de mesa de forma abrupta. A moça poderia se incomodar com o constante comparecimento do homem ao restaurante. Tanto o não reconhecimento da companheira durante as refeições quanto a repentina vontade de prevenir estar incomodando são características do fantástico, pois as ações do personagem ocorrem de repente, sem que outrora houvesse qualquer sinal de mudança. O narrador ao experienciar essa situação considera “o fato perfeitamente natural” (RUBIÃO, 2016, p.118). Esses são de fato importantes elementos do fantástico, pois para o leitor, as situações vividas são absurdas. Entretanto, os personagens encaram tudo com naturalidade.

O protagonista também, a princípio, de modo não justificável, não se preocupa com a ausência de pessoas no espaço das refeições, ou ainda, com o número reduzido delas. A moça, causando um estranhamento no protagonista, o segue até sua nova mesa e ele em vista do incômodo a questiona sobre o convite para o jantar:

— Claro! E não havia necessidade de um convite formal para me trazer aqui.
 — Como?
 — Bolas, desde quando se tornou obrigatório ao marido convidar a esposa para as refeições?
 — Você é minha mulher?
 — Sim, a segunda. (RUBIÃO, 2016, p.119-120).

A conversa remete ao caráter fantástico da narrativa, pois a desconhecida ao apresentar-se como esposa dele, claramente o assusta, uma vez que ele não a reconhece como tal, afinal, nem sabe quem ela é. Dessa forma, os elementos formam uma rede pautada pela irrupção de elementos fantásticos. Sigo pensando com Todorov, o qual considera que “a narrativa fantástica comporta duas soluções, uma verossímil e sobrenatural, outra, inverossímil e racional.” (TODOROV, 1977, p. 55).

Os estranhamentos e os recorrentes eventos inauditos são reforçados, visto que Godofredo se impressiona com a companheira de refeições sem reconhecê-la como cônjuge.

A mulher em vez de reivindicar seu papel de esposa, entra no diálogo fantástico permitindo uma visualização da misteriosa relação. Toda a aura do fantástico é corroborada através de outro elemento, não menos importante, situa-se no fato de que a narrativa é construída em primeira pessoa. Deste modo, compreende-se que não se pode confiar em tal narrador, visto que apresenta apenas sua versão dos fatos.

No decorrer da narrativa, a companheira de mesa, a qual já se comporta como a segunda esposa, encara como corriqueiro o assassinato da primeira esposa, tornando o homicídio, surpresa e absurdo para o leitor. Godofredo está confuso por não se lembrar ao menos de ser casado. Ele sequer se lembra de que dorme com a segunda esposa em um apartamento, desconhece a companheira, preferindo não tomar consciência do crime que ela descreve. O personagem já ambientado em seu novo lar ativa suas recordações, as quais parecem ser duvidosas:

Já deitado, sentindo o calor daquele corpo, veio-me intensa sensação de posse, de posse definitiva. Não mais podia duvidar de que ela fora minha. Baixinho, quase sussurrando, lhe falei longamente, os seus cabelos roçando no meu rosto. (RUBIÃO, 2017, p. 122).

A leitura e análise dessa narrativa, remete ao fato de que se encenam situações cotidianas cujas ações são realizadas por pessoas comuns, as quais estão sujeitas a eventos catastróficos, como a morte. Sigo em minhas reflexões com Júlio Cortázar:

O que se conta nessas narrativas é quase o que, quando crianças, nas enfadonhas tertúlias que devíamos compartilhar com os mais velhos, escutávamos nossas avós ou nossas tias contar, a pequena, insignificante crônica familiar de ambições frustradas, de modestos dramas locais, de angústias à medida de uma sala, de um piano, de um chá com doces. (CORTAZÁR, 2006, p.153).

A segunda esposa de Godofredo reconhece que sabia o nome da primeira esposa, Geralda. São lembranças que emergem de situações desconectadas das experiências passadas e que reificam a presença do fantástico. Godofredo com o passar dos dias sente a força destruturadora da rotina, da monotonia, e, até mesmo, da impossibilidade de estar só. Tal situação o torna um sujeito atormentado. De modo que a saída possível é o assassinato da companheira, uma liberdade trágica em uma relação que para o protagonista é conflitiva. O homem, aparentemente satisfeito por tê-la ali para satisfazer seus impulsos sexuais, almeja matá-la por se sentir sufocado pela presença da esposa. Ao perceber a insatisfação do esposo e a vontade deste de enforcá-la, ela nada objetiva. Lemos:

Enxerguei uma corda dependurada num prego. Agarrei-a e disse para Geralda, que se mantinha abstrata, distante: — Ela lhe servirá de colar. Nada objetou. Apresentou-me o pescoço, no qual, com delicadeza, passei a corda. Em seguida puxei as pontas. Minha mulher fechou os olhos como se estivesse recebendo uma carícia. Apertei com força o nó e a vi tombar no assoalho. (RUBIÃO, 2016, p. 123).

Quero pontuar a aceitação da mulher em se apresentar para ser morta, tal situação incomum, remete ao fantástico, pois “nos textos fantásticos, o autor relata acontecimentos que não são suscetíveis de acontecer na vida.” (TODOROV, 1977, p.40). O relato é sucinto, porém, cria fortes impressões no leitor, tal qual se espera de um conto, pois “O tempo e o espaço do conto têm de estar como que condensados.” (CORTAZÁR, 2006, p.152).

No desfecho da relação de João de Deus e Geralda, apresenta-se um homem insensível. Caracteriza-se, ainda, a submissão da mulher em relação ao homem por um viés de incomum impassibilidade. O narrador planeja o assassinato, vestindo a vítima antes mesmo do consumado ato, há a configuração de uma natureza marcada pela indiferença e pela

crueldade, já que o narrador cria a imagem da corda que ceifaria a vida de umas de suas esposas, como um colar, um presente. Há na narrativa o desejo do protagonista em exterminar a companheira que de certa forma fazia-lhe mal. Não se sabe a natureza da privação da liberdade por parte de Godofredo, estado que o levaria a tirar a vida de outra pessoa. O homem comete o crime para retornar ao anterior estado de liberdade.

O homem preocupa-se basicamente em se dirigir para sua habitual refeição no restaurante de praxe, pois almejava retornar à liberdade. Uma reflexão a respeito dos elementos que compõe o fantástico, revela que não é usual a ausência de sentimentos de quem se confronta com a morte, tão pouco de quem comete um crime, pois tanto o assassino quanto a vítima estão e são envolvidos pelo crime. Na narrativa as mulheres se entregam sem resistência. Dentro desta perspectiva, o leitor desavisado, ora encara determinados eventos mencionados como pertencentes à roda natural da vida, ora como impossíveis de terem acontecido, de fato, “a possibilidade de se hesitar entre os dois criou o efeito fantástico.” (TODOROV, 1977, p.31).

Outro elemento incomum na narrativa é o nome João de Deus, dado ao narrador por sua segunda esposa, pois o personagem afirma se chamar Godofredo. O homem declara-se como Godofredo frente a sua primeira esposa Joana, descrita como morta, que volta de forma não esperada, e lhe chama Robério, nome pelo qual ele não se reconhece e ainda questiona: “— Robério?! (Em tempo algum me conheceram por esse nome. Havia um erro, um tremendo engano em tudo aquilo.)” (RUBIÃO, 2016, p. 124).

Nem como Robério, tão pouco como João de Deus, o personagem deseja ser reconhecida como Godofredo, pois é alguém que se apropria dos acontecimentos fantásticos de seu cotidiano, desfazendo-se deles diante do menor infortúnio. O narrador-personagem revela os acontecimentos a partir de seu olhar sobre os fatos, descrevendo seu cotidiano a partir de sua apropriação das esposas que transitam por múltiplos espaços, usando-as como objetos quando oportuno. Reitero que a visão do narrador, apresentada em primeira pessoa, torna os fatos mencionados não verificáveis, e, tão pouco autenticáveis, uma vez que não se pode confiar na narração feita em primeira pessoa, pois oferece apenas uma visão parcial do relato. Esses elementos propiciam, de forma contundente, evidência importante da presença do fantástico na narrativa.

Um olhar mais atento acerca dos acontecimentos envolvendo o encontro de Godofredo com as diferentes esposas é tão fantástico como a forma pela qual elas saem de sua vida, já que ele não se incomoda com suas companheiras desde que não o privem de sua liberdade de permanecer em uma mesma mesa, no restaurante costumeiro.

Dessa maneira, as relações amorosas estabelecidas apontam para uma transitoriedade do mundo reconhecido pelo senso comum como natural. Os eventos mencionados revelam acontecimentos que não podem ser explicados pelas leis deste mesmo mundo familiar marcado por leis estáveis, haja vista, a banalização da morte, dada como dádiva, e não percebida pela cessação da experiência do viver. Os elementos narrativos parecem indicar um mundo fantástico, em que as relações são efêmeras e resultantes do esquecimento e do desejo. O narrador lembra-se das esposas. Entretanto, retira-lhes a vida por considerá-las um impedimento para a plena satisfação da liberdade.

Não existe na narrativa uma explicação natural ou sobrenatural para a reaparição da primeira esposa, identificada como morta, ou mesmo para a efetiva causa do assassinato da segunda. Neste ponto, novamente, há a presença do fantástico. O narrador apenas relata seus encontros, sem nem ao menos identificar como as esposas sabem dos assassinatos cometidos. A primeira esposa que retorna após a morte da segunda, é ainda mais misteriosa, uma vez que aparentemente morta, sabe do enforcamento da segunda esposa. Não há, assim, no conto uma referência, coerente e real, do local por onde a primeira esposa esteve, de quanto tempo se

passou, de onde ela veio, de como chegou àquele restaurante e de como tem tanto acesso a vida de um marido que nem a reconhece.

A ficção, em diferentes ocasiões, se elabora pelas lacunas deixadas pelo narrador, tornando a narrativa veementemente fantástica. Tal marca do fantástico pode ser percebida quando o protagonista se apresenta perdido em um tempo também incomum, afinal, as idas e vindas ocorrem sem noção de tempo, ou espaço. Os reencontros têm como pano de fundo o restaurante, os encontros e o esquecimento, que se dividem por uma efemeridade das relações.

Os recorrentes assassinatos mencionados no relato, mantêm um padrão no que diz respeito à motivação. Eles oferecem o ciúme como indício para a concretização dos crimes, sendo justificados e apoiados pelas mulheres, as quais, em vez de temerem, aceitam e confortam o amante. As esposas não se incomodam com o assassinato por enforcamento. Godofredo age movido pelo desejo despertado e pelos aparentes e triviais problemas conjugais.

A série de acontecimentos que se desenvolvem na narrativa, ressalta, ainda, outros aspectos que merece consideração: a falta de respeito às relações humanas, bem como o esquecimento de um assassinato, relatado de forma trivial. O encadeamento dos eventos enfatiza a presença do fantástico e suas nuances. Fica evidente uma diluição dos padrões sociais. A morte prematura de uma jovem, ou de duas delas são apresentadas como não tendo a menor importância.

A estruturação do fantástico focado na apropriação da presença feminina por parte do protagonista e um deslocamento das leis naturais para o inesperado e insólito consolidam as noções do fantástico. Godofredo parece se incomodar apenas com a aparência física de suas esposas:

Na cadeira defronte à minha acabava de assentar-se uma jovem senhora que, não fossem os cabelos louros, juraria ser minha esposa. A semelhança entre elas me assombrava. Os mesmos lábios, nariz, olhos, o modo de franzir a testa. (RUBIÃO, 2016, p.123-4).

Em vista das considerações esboçadas e das ponderações pontuadas e estruturadas até aqui fica evidente que há pontos de recorrência do fantástico em diferentes momentos da narrativa. A curta memória da personagem, que tem três nomes, três vidas, remete ao modo como o fantástico se constrói em torno de eventos insólitos da narrativa. É apropriado refletir, neste momento, nas evidências de que o conto *Os Três Nomes de Godofredo* pertence ao gênero fantástico, e não a outro gênero do Realismo literário.

O fantástico, ou seja, a ruptura da ordem reconhecida, “a possibilidade de se hesitar” entre explicações reais e aquelas que não são explicadas por leis lógicas (TODOROV, 1977, p. 31) é um gênero ao qual Rubião costuma estar vinculado. Outro gênero que merece consideração é o Maravilhoso, o qual remete a admissão de “novas leis da natureza, pelas quais o fenômeno pode ser explicado” (TODOROV, 1977, p. 48). Dentro dessa perspectiva, fica claro que a narrativa não pertence a tal gênero, pois ocorrerem eventos insólitos que não podem ser explicados.

Segundo Todorov (1977), o gênero fantástico está no limite entre o maravilhoso e o estranho. Contudo, o que ele considera como estranho, é a permanência das leis da realidade as quais não se alteram. A narrativa apresenta uma gama de eventos que fogem das leis da realidade, não há uma busca para explicações diante dos eventos os quais o leitor encara como absurdo.

A forma com que eventos incomuns ocorrem em múltiplas ocasiões na narrativa, remete, ainda, ao gênero do realismo maravilhoso, porém não existem duas realidades conflitantes, apenas uma, estanque ao mundo real, fragmentada por eventos insólitos. Os eventos inauditos, a começar pelos que cercam a vida do narrador, podem ser observados

como elementos que compõe o fantástico, visto que até mesmo o protagonista ao aproveita-se da apatia das estranhas esposas para transformar-se em vários, torna-se fragmentado. João de Deus, Robério e, finalmente, Godofredo, constituem um homem que encontra o benefício de ao recordar seu passado, ao mesmo tempo, se deleita em se descobrir, sempre acompanhado de esposas de chamativa beleza, mulheres que o aceitam e se apropriam dos múltiplos “Godofredos”.

O narrador-personagem comete assassinatos sem se lembrar. Uma das mulheres retorna após o assassinato de outra. Todas se intitulam esposas. Godofredo se apropria do casamento, usufruindo os confortos e prazeres do amor, ao passo que despreza o homicídio.

Como os demais personagens, ele não se importa, nada acontece, ninguém se desespera, ou se emociona, todos os eventos se desenvolvem com naturalidade marcando a possibilidade da presença do fantástico. No decorrer da história o narrador, por fim, se depara com uma moça, sua suposta noiva. Como de praxe, ele não a reconhece, não há lembrança. Entretanto, logo, ele se apropria da noção de uma nova companhia, afinal, abre-se diante dele novas possibilidades. Então, o homem reflete: “Ocorreu-me formular algumas perguntas, possivelmente as mesmas que fizera à minha segunda mulher, naquela noite, no restaurante. Desisti, preocupado em redescobrir uma cidade que se perdera na minha memória.” (RUBIÃO, 2016, p. 125).

É necessário construir a reflexão acerca dos espaços em que os personagens transitam, bem como, as interpretações que o leitor tem acerca da narrativa, as quais indicam que é necessária a “integração do leitor no mundo das personagens.” (TODOROV, 1977, p. 37).

O fio condutor que perpassa toda a narrativa é a constante presença dos elementos que compõe o fantástico. No desfecho da narrativa Godofredo não tem sólidas lembranças e quando tem alguma, percebe que matou, encarando tal ato como corriqueiro. O surgimento de um ou mais eventos insólitos como característica do fantástico e sua aparente banalização pelos personagens, cito o homicídio, não são problematizados pelos personagens como um elemento que causa conflito ou estranheza.

Traçando um paralelo com a atualidade, os atos cruéis, que comprometem o direito de ir e vir de qualquer indivíduo, podem também, ser considerados fantásticos, pois em muitos momentos, o expectador hesita em acreditar na veiculação de certos relatos. Ainda que a maldade seja comumente veiculada, sabe-se que o assassinato é um desvio que foge à ordem natural da sociedade. Conforme se sabe, alguns sujeitos desejam, como Godofredo, serem bons cidadãos. Entretanto, as constantes aparições femininas resultam em perturbação de sujeitos sociais insanos, os quais cometem feminicídios. Semelhantes a Godofredo que se alimenta dos momentos de deleite amoroso e, logo depois se livra das mulheres ao primeiro sinal de rotina, tais agentes sociais cometem atos brutais contra suas companheiras.

O protagonista se encontra fragmentado, satisfazendo-se do prazer momentâneo, vivendo pelos instantes da efêmera felicidade encontrada no prazer. Godofredo teme a rotina, matando frente ao menor vestígio de privação da liberdade. Entretanto, suas refeições no restaurante habitual, não o deixam entediado. A cada ida ao restaurante, ou a cada refeição, Godofredo torna-se um sujeito que encontra motivos para reacender o desejo de matar. A cada novo nome o narrador assume uma nova personalidade. As recorrentes idas ao restaurante não o enfadam. E como se o retorno ao restaurante fosse a mola propulsora para uma possível renovação. Assim, o sujeito fragmentado, ao ir jantar, ou almoçar, torna-se outro sujeito, menos culpado, logo, livre.

O título da narrativa remete aos elementos do fantástico, visto que não se pode admitir um indivíduo com três nomes. A partir do título do conto e da temática que ronda a tessitura do relato é possível pensar que a narrativa gravitará em torno do gênero fantástico. O escritor e teórico Júlio Cortázar ao refletir nas atribuições do conto considera que:

Um bom tema é como o sol, um astro em torno do qual gira um sistema planetário de que muitas vezes não se tinha consciência até que o contista, astrônomo de palavras, nos revela sua existência. Ou então, para sermos mais modestos e mais atuais, ao mesmo tempo um bom tema tem algo de sistema atômico, de núcleo em torno do qual giram os elétrons. (CORTAZÁR, 2006, p. 154).

Veza após veza é possível perceber que o protagonista não questiona, tão pouco tenta esclarecer os acontecimentos, apenas os aceita como eventos que são considerados comuns à vida, usa-os para seu deleite e segundo seus interesses, tendo oportunidade, e à medida que se entedia com a rotina, simplesmente descarta sua relação. Dessa forma, o protagonista revela-se como um ser fragmentado, insatisfeito em viver com o outro, incompleto e em constante busca pelo preenchimento do vazio. Os eventos fantásticos não apresentam evidências sólidas e não podem ser esclarecidos com base nas leis da lógica. Não há, também, explicações para a realidade, na qual o personagem se encontra imerso, pois nem no plano da vida real, tão pouco em forças sobrenaturais obtêm-se explicações satisfatórias para situações vivenciadas.

Em suma, os eventos fantásticos, apresentam-se como possibilidade recorrente na narrativa. A hesitação é condição preponderante para que se caracterize o conto como fantástico. Os elementos da narrativa se entrelaçam conduzindo o leitor a múltiplas possibilidades de ocorrências da estruturação do gênero fantástico.

REFERÊNCIAS

CORTAZÁR, Julio. **Valise de Cronópio**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

RUBIÃO, Murilo. **Murilo Rubião Obra completa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à Literatura Fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS EDUCATIVOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO SÉCULO XXI

Amanda Priscila Borges Souza

Resumo: Este presente artigo discute o tema “A Importância dos Jogos Educativos no Processo de Ensino-aprendizagem no Século XXI” e é o resultado de uma pesquisa bibliográfica sobre como os jogos educativos são importantes no processo de aprendizagem para as crianças. Este trabalho tem como objetivo geral compreender a importância dos jogos educativos como facilitador do processo de ensino-aprendizagem na educação básica. Os objetivos específicos são analisar a importância dos jogos e das novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem; descrever os tipos de jogos, enfatizando os jogos educativos e sua história; desmistificar a ideia de que os jogos são as práticas lúdicas exclusivas do universo infantil; relacionar jogos e as novas tecnologias e a Base Nacional Comum Curricular e apresentar percepções dos professores sobre a influência dessas metodologias no processo de ensino-aprendizagem. A tipologia de pesquisa é a pesquisa bibliográfica, ao qual o trabalho será realizado na abordagem qualitativa, baseado em teorias e estudos de teóricos e documentos cujo o tema esteja voltado para a importância dos jogos educativos desde a educação infantil. A Problematização é abordar sobre sabendo o quanto as práticas lúdicas auxiliam no processo de desenvolvimento do sujeito, o porquê essas práticas se “perdem” com o passar dos anos de escolarização e concluindo que o jogo se torna uma ferramenta indispensável para motivar e despertar o interesse dos alunos. Sua utilização no ambiente escolar proporciona ao sujeito se desenvolver em todas as dimensões, sendo elas intelectual, física, emocional, social e cultural.

Palavras-chave: Aprendizagem. Educação Infantil. Ensino. Jogos educativos. Tecnologia.

1 INTRODUÇÃO

Este presente artigo cujo tema é A Importância dos Jogos Educativos no Processo de Ensino-aprendizagem no Século XXI aborda uma pesquisa bibliográfica sobre como os jogos educativos são importantes no processo de aprendizagem para as crianças. Este trabalho tem como objetivo geral compreender a importância dos jogos educativos como facilitador do processo de ensino-aprendizagem na educação básica.

Os objetivos específicos são analisar a importância dos jogos e das novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem; descrever os tipos de jogos, enfatizando os jogos educativos e sua história; desmistificar a ideia de que os jogos são as práticas lúdicas exclusivas do universo infantil; relacionar jogos e as novas tecnologias e a Base Nacional Comum Curricular e apresentar percepções dos professores sobre a influência dessas metodologias no processo de ensino-aprendizagem.

A Problematização é abordar sobre sabendo o quanto as práticas lúdicas auxiliam no processo de desenvolvimento do sujeito, o porquê essas práticas se “perdem” com o passar dos anos de escolarização? Brincar com os jogos é algo que as crianças amam fazer, e sua função, além de diverti-las, é colaborar com o desenvolvimento de habilidades cognitivas, psicomotoras, estimulando a sua aprendizagem. Infelizmente, muitos professores ainda se prendem a um currículo único e engessado e acreditam que o jogo e as novas tecnologias sejam uma perda de tempo ou apenas uma distração. Por isso, pensamento que muitos pais e professores carregando, achando que essas atividades são perda de tempo, deve ser rompido.

A tipologia de pesquisa é a pesquisa bibliográfica, ao qual o trabalho será realizado na abordagem qualitativa, baseado em teorias e estudos de teóricos e documentos cujo o tema esteja voltado para a importância dos jogos educativos desde a educação infantil. Os resultados

serão obtidos por meio de procedimentos de pesquisa bibliográfica, em livros e artigos científicos, sobre o brincar e sua relevância para o processo de ensino.

Segundo Vygotsky (1998), brincar é uma importante forma de comunicação, é por meio deste ato que a criança pode reproduzir o seu cotidiano. O ato de brincar possibilita o processo de aprendizagem da criança, pois facilita a construção da reflexão, da autonomia e da criatividade, estabelecendo, desta forma, uma relação estreita entre jogo e aprendizagem. (VYGOTSKY 1988, p. 176.).

Portanto, o jogo se torna uma ferramenta indispensável para motivar e despertar o interesse dos alunos. Sua utilização no ambiente escolar proporciona ao sujeito se desenvolver em todas as dimensões, sendo elas intelectual, física, emocional, social e cultural.

2 A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS EDUCATIVOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO SÉCULO XXI

“Brincar com crianças não é perder tempo, é ganhá-lo; se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los sentados enfileirados em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem.”

Carlos Drummond de Andrade

Os jogos e brincadeiras são práticas lúdicas e estão presentes na história da humanidade, criando um elo entre as diferentes gerações, além do mais, expressam e carregam as particularidades da cultura de cada povo. Assim, ao vivenciar tais práticas estamos aprendendo costumes e princípios de uma cultura. Segundo Teixeira:

Jogos, brinquedos e brincadeiras sempre ocuparam um lugar importante na vida de toda criança, exercendo um papel fundamental no desenvolvimento. Desde os povos mais primitivos aos mais civilizados, todos tiveram e ainda tem seus instrumentos de brincar. Em qualquer país, rico ou pobre, próximo ou distante, no campo ou na cidade, existe a atividade lúdica (2012, p.13)

O ser humano pratica atividades lúdicas ao longo de sua vida, que lhes servem de distração, recreação, educação, entretenimento e relaxamento. Os jogos e brincadeiras são atividades essenciais para nosso desenvolvimento e sempre fizeram parte das nossas vidas, desde épocas passadas.

A falta de espaço para atividades lúdicas é um problema recorrente na atualidade, casas cada vez menores, escolas sem o espaço adequado, não existe segurança nas ruas para as crianças brincarem e também a falta de tempo dos adultos. Com isso, brincadeiras e jogos antigos como pega-pega, bolinha de gude, cinco marias, entre outras estão se perdendo com o tempo e sendo substituídas por eletrônicos.

Diante da temática apresentada, se faz necessário compreender o termo “jogo” na perspectiva de diversos autores, uma vez que a palavra apresenta diversos significados. De acordo com Kishimoto:

Tentar definir o jogo não é tarefa fácil. Quando se pronuncia a palavra jogo cada um pode entendê-la de modo diferente. Pode-se estar falando de jogos políticos, de adultos, de crianças, animais ou amarelinha, xadrez, adivinhas, contar estórias, brincar de “mamãe e filhinha”, futebol, dominó, quebra-cabeça, construir barquinho, brincar na areia e uma infinidade de outros. Tais jogos, embora recebam a mesma denominação têm suas especificidades. (2002, p.13)

Segundo Friedmann (2006, *apud* TEIXEIRA, 2019, p. 21):

Jogo: designa tanto uma atitude quanto uma atividade estruturada que envolve regras.
 Brinquedo: define o objeto de brincar, suporte para a brincadeira.
 Brincadeira: refere-se basicamente à ação de brincar, ao comportamento espontâneo que resulta de uma atividade não estruturada. (Friedmann, 2006, *apud* TEIXEIRA, 2019, p. 21)

O uso dos jogos no processo de ensino e de aprendizagem vem sendo uma maneira lúdica das crianças aprenderem com prazer otimizando o potencial de cada um.

Os jogos podem ser classificados de diferentes formas, onde vários autores dedicaram estudos para tal fim. De acordo com Piaget, ele criou uma “classificação baseada na evolução das estruturas” (Piaget *apud* Rizzi e Haydt, 1997), formulando três grandes categorias que correspondem às fases do desenvolvimento infantil. Segue as fases:

- Fase sensorio-motora (do nascimento até os 2 anos aproximadamente): a criança brinca sozinha, sem utilização da noção de regras.

- Fase pré-operatória (dos 2 aos 5 ou 6 anos aproximadamente): as crianças adquirem a noção da existência de regras e começam a jogar umas com as outras os jogos de faz-de-conta.

- Fase das operações concretas (dos 7 aos 11 anos aproximadamente): as crianças aprendem as regras e jogam em grupos. Esta é a fase dos jogos de regras como o futebol e dama.

O jogo é um momento em que crianças, adolescentes e adultos lidam com regras e conflitos, com o ganhar e perder, analisam situações, pensam em como agir, trabalham em equipe, expressam emoções, entre outros.

O jogo é uma brincadeira que envolve regras estipuladas pelos próprios participantes ou por mediadores, que definem o que pode ou não ser feito, determinam ações para atingir o objetivo do jogo. São as práticas lúdicas e instigantes que despertam a alegria e o bem-estar. Ao jogar e brincar, o sujeito interage com o outro e com o mundo, constrói o conhecimento a partir de vivências prazerosas, possibilitando assim, um aprendizado significativo.

Podemos ressaltar, que muitos professores reclamam do desinteresse dos alunos, mas será que suas aulas são atrativas ou interessantes? Então, se faz necessário ressignificar e reavaliar nossas práticas pedagógicas e refletir se estão sendo relevantes, contextualizadas e se despertam o interesse dos nossos discentes.

Uma aula teórica, expositiva e com exercícios sistematizados, precisa e deve acontecer também. Mas os jogos, podem ser um excelente recurso e um aliado para tornar o processo de ensino-aprendizagem significativo e satisfatório. Vale ressaltar que:

É muito mais fácil e eficiente aprender por meio de jogos, e isso é válido para todas as idades, desde o maternal até a fase adulta. O jogo em si, possui componentes do cotidiano e o envolvimento desperta o interesse do aprendiz, que se torna sujeito ativo do processo. (LOPES, 1996, p. 19)

Além disso, o educando do século XXI não é o mesmo de anos atrás, são alunos questionadores, críticos que querem saber o porquê e para que estão estudando determinado conteúdo, então, cabe a nós educadores mudar e adequar a nossa forma de ensinar aos novos alunos.

Sendo assim, o jogo se torna uma ferramenta indispensável para motivar e despertar o interesse dos alunos. Sua utilização no ambiente escolar proporciona ao sujeito se desenvolver em todas as dimensões, sendo elas intelectual, física, emocional, social e cultural.

Além do mais, quando se estuda sobre os jogos e atividades lúdicas, observa-se muita seriedade no trabalho do educador. Sua ação é refletida na escolha das atividades, onde ele coloca seus desejos e convicções, ao jogar ou brincar com o aluno, o professor não só mostra como se brinca ou joga, mas também sugere, propõe e aponta novos caminhos para a resolução de problemas, estabelecendo assim laços afetivos.

Cabe ao educador e a escola, proporcionar um ambiente que apresente elementos motivacionais e atividades prazerosas aos alunos. Criar um plano de aula mais dinâmico, interativo, divertido e criativo, é também uma forma de ajudar no melhor desempenho das crianças na escola.

O aprendizado é repleto de descobertas e às vezes, ao trilhar este caminho, a criança pode ter dificuldades, se sentir insegura e com medo de errar. Os jogos são um excelente recurso para desmistificar estes sentimentos pois, as crianças de uma maneira mais leve, constroem conceitos enquanto se divertem, é um aprender sem medo e sem cobranças, é uma maneira de participar do processo de ensino - aprendizagem.

O caráter lúdico dos jogos ameniza o peso dos erros, pois a participação e a interação tornam-se mais importante que o resultado final. Quando os jogos são bem escolhidos e trabalhados de forma adequada, levam os alunos a perceberem que o erro faz parte do processo.

O jogo torna o ensino agradável, abre as portas para o aprendizado consolidado. Quando o aluno está jogando, ele experimenta e não apenas ouve, ele movimenta o corpo, interage com as diferenças, contextualiza o conteúdo e constrói o seu próprio conhecimento.

O momento do jogar é de extrema importância, pois oportuniza situações do nosso dia a dia, como aprender a esperar sua vez, respeitar regras, aprender a perder e ganhar, trabalhar em equipe e se relacionar com o outro. Serão vivências que se bem trabalhadas, serão levadas por toda a vida e que ajudarão os indivíduos a viverem em harmonia dentro de uma sociedade.

O professor deve estar atento a cada momento, observar como o aluno está lidando com o outro, com as regras, com suas emoções e com os conflitos e se estão conseguindo utilizar os conteúdos durante a partida. É necessário, deixar os alunos tentarem resolver os problemas com os colegas, mas é importante que o professor intervenha se preciso e trabalhe estas questões com o grupo de forma simples e agradável, a fim de não expor nenhum indivíduo.

O instante em que acontece o jogo é permeado de possibilidades, uma vez que o aluno precisa usar o conhecimento interdisciplinar, ou seja, o conhecimento de diversas disciplinas e habilidades para atingir tal objetivo do jogo. O aluno articula teoria e prática, formulando hipóteses, tornando-se construtor ativo do conhecimento.

É importante que o docente esteja atento aos interesses e especificidades de cada aluno, se o jogo condiz com sua idade, realidade e capacidade cognitiva. Ao jogar, os alunos e o professor irão perceber que cada um tem um talento para algo, que nem sempre todos serão bons em tudo, por isso é importante que o professor diversifique nos tipos de jogos.

Usar os jogos educativos como entretenimento ou para tornar a aula interessante não é a solução para o ensino. É necessário planejamento, traçar os objetivos, pensar em qual habilidade ou competência queremos alcançar e refletir se o jogo será a melhor metodologia para tal conteúdo. Segundo Moura (2011) “O jogo como objeto, como ferramenta do ensino, da mesma forma que o conteúdo, carece de uma intencionalidade. Ele, tal qual o conteúdo, é parte do projeto pedagógico do professor.” (P. 47)

Partindo do contexto da importância do momento do jogo, é necessária uma organização prévia para que este seja produtivo, ou seja, é preciso planejar, traçar estratégias e regras para que tudo se desenvolva dentro do esperado, ou seja, número de participantes, tempo e a organização do espaço.

A relação entre os termos jogos, brincadeiras e educação tem sido alvo de alguns questionamentos sobre sua importância nas instituições de ensino. Infelizmente, em algumas escolas, os professores e familiares, acreditam que o que o brincar ou jogar é perda de tempo, e os separam do processo de ensino-aprendizagem.

Segundo a BNCC, a criança deve:

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas

experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. (BRASIL, 2018, p. 38)

3 JOGOS EDUCATIVOS E AS NOVAS TECNOLOGIAS

“É preciso criar pessoas que se atrevam a sair das trilhas aprendidas, com coragem de explorar novos caminhos, pois, a ciência constitui-se pela ousadia dos que sonham e o conhecimento é a aventura pelo desconhecido em busca da terra sonhada.”

Rubem Alves

Ao pensar em práticas inovadoras, é impossível ficar alheio as novas tecnologias, uma vez que a nova geração nasceu imersa na era da informação e conhecimento, as crianças as veem de uma forma natural

A sociedade contemporânea vem passando por diversas transformações, antigamente o professor era considerado o detentor do saber, hoje os alunos chegam à escola carregado de saberes e questionamentos.

O ritmo acelerado das inovações tecnológicas exige uma educação capaz de estimular nos alunos o interesse pela aprendizagem, e que esse interesse diante de novos conhecimentos e técnicas seja mantido ao longo de sua vida profissional, que certamente estará cada vez mais sujeita ao impacto de novas tecnologias. (GEBRAN, 2009, p.17)

Um dos papéis da escola é preparar o aluno para o futuro, o educador tem uma gama de recursos variados à disposição para tornar a aprendizagem significativa, se a tecnologia faz parte da realidade de muitos alunos o porquê não a trazê-la para sala de aula?

As práticas pedagógicas devem se amparar na realidade do aluno, é essencial conhecer este aluno, estabelecer laços, tornando a relação aluno professor significativa e valiosa para o processo de ensino-aprendizagem.

As novas tecnologias vêm para agregar ao ensino e colaborar para o desenvolvimento educacional. É necessário, romper paradigmas que as tecnologias são sinônimas de distração.

As tecnologias devem ser integradas a educação contemporânea, visando aprimorar as formas de ensinar e aprender, possibilitando dinamizar as práticas na sala de aula. Além do mais, é essencial se abster de um currículo único e engessado e proporcionar-lhes aos alunos conhecimentos para a vida, práticas que ajudarão a viver com autonomia em uma sociedade.

O fato é que a Educação do século XXI tem por objetivo, além de transmitir informações, formar um cidadão que saiba transformar o conhecimento em ação, desenvolvendo habilidades e adquirindo competências que lhe permitam a sua realização e sua inserção na sociedade. (GEBRAN, 2009, p. 28)

O papel do professor e sua formação, precisam estar adequados aos tempos atuais, nos quais as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC 's) são ferramentas indispensáveis no processo de ensino-aprendizagem.

As novas tecnologias permeiam a BNCC e são uma das competências gerais da Educação Básica. Vale destacar que:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BNCC, 2018, p. 9)

Sendo assim, os jogos e as novas tecnologias se tonam grandes recursos, porque instigam o estudante a participar e aprender sobre si, sobre o outro e sobre o mundo ao seu redor. Tanto na versão digital, quanto na versão física os jogos propiciam oportunidades para o pleno desenvolvimento dos educandos.

Entretanto, de nada adianta jogos e computadores se não tivermos profissionais capacitados para transformar esses materiais em fontes de conhecimento, em instrumentos educacionais se os professores não estão preparados para serem os mediadores desse recurso.

Os jogos educativos devem ser desafiadores para que a aluno questione, interaja, seja autônomo e protagonista da construção de seu conhecimento. Assim, vale ressaltar que "...por muitos anos os jogos têm sido usados apenas para diversão, mas só recentemente têm sido aplicados os elementos estratégicos de jogos em computadores com propósitos instrutivos" (Lerner, 1991).

Atualmente, os jogos seguem o modelo comercial, pois são focados para o mercado de tecnologia e vendas, sendo não estruturados pedagogicamente. Nessa nova abordagem dos jogos o que se pretende é aprimorar o sucesso obtido com o uso dos jogos em geral e através das tecnologias específicas poder adequar os seus conceitos e assim incorporá-los ao processo educacional.

Por muitos anos se confundiu o ensinar com o transmitir informação e nesse contexto, o aluno era um agente passivo da aprendizagem e o professor era o transmissor de conhecimentos. A ideia de um ensino despertado pelo interesse do aluno acabou se transformando em um material pedagógico. O seu interesse passou a ser a força que comandava e comanda até hoje o processo de aprendizagem, as suas experiências e descobertas, sendo o motor de todo o seu processo e o professor o gerador das situações estimuladoras e eficazes do ensino e aprendizagem.

Os jogos podem ser empregados em uma variedade de propósitos dentro do contexto de aprendizado. Um dos usos básicos muito importante é a possibilidade de construir-se a autoconfiança. Outro é o incremento da motivação. (...) um método eficaz que possibilita uma prática significativa daquilo que está sendo aprendido. Até mesmo o mais simplório dos jogos pode ser empregado para proporcionar informações factuais e praticar habilidades, conferindo destreza e competência. (FERNANDES, 1995).

Os jogos têm um importante papel no meio educacional, pois através deles, as crianças podem ter um desenvolvimento integral e dinâmico nas áreas cognitiva, social, motora, moral, linguística, afetiva, entre outras, além de contribuir na construção de sua criticidade, autonomia, criatividade, responsabilidade e cooperação como um todo. "Não há momentos próprios para desenvolver a inteligência e outros do aluno já estar inteligente, sempre é possível progredir e aperfeiçoar-se. Os jogos devem estar presentes todos os dias na sala de aula" (Rizzo, 1988).

O professor ao optar em trabalhar com atividades lúdicas deverá ter os seus objetivos bem definidos pois, essa atividade pode ser realizada como forma de conhecer o grupo com o qual se trabalha ou pode ser utilizada para estimular o desenvolvimento de uma ou várias áreas de aprendizagens específicas. O jogo entra como instrumento de desafio cognitivo para as crianças se desenvolver.

O professor deve seguir algumas orientações, como por exemplo, propor regras ao invés de impô-las, permitir que o aluno as elabore e tome decisões, promover a troca de ideias, motivar o desenvolvimento da iniciativa, agilidade e confiança e contribuir para o desenvolvimento da autonomia.

No processo educacional, um jogo para ser útil deve promover algumas situações interessantes e desafiadoras para a resolução de problemas, permitindo aos aprendizes

aplicando um auto avaliação quanto aos seus desempenhos e fazendo com que todos os jogadores participem ativamente de todas as etapas do jogo.

Segundo Passerino (1998), o jogo pode proporcionar estímulos na:

memória (visual, auditiva, cinestésica); orientação temporal e espacial (em duas e três dimensões); coordenação motora viso manual (ampla e fina); percepção auditiva, percepção visual (tamanho, cor, detalhes, forma, posição, lateralidade, complementação), raciocínio lógico-matemático, expressão linguística (oral e escrita), planejamento e organização. (PASSERINO, 1998)

Cabe ao professor explorar e adaptar as situações do cotidiano do aluno às atividades escolares, mas para isso é muito importante que ele domine as ideias e os processos do que se deseja trabalhar, buscando incentivar o aluno buscar os seus próprios conhecimentos.

4 QUESTIONÁRIO/ ENTREVISTA

Dentre os métodos de pesquisa, o questionário é um dos mais conhecidos. Considerado um método de investigação, ele tem elevada importância para o campo das ciências humanas e sociais. É nele que o pesquisador reflete sobre os caminhos a percorrer com o objetivo de potencializar a eficiência e abrandar os riscos da pesquisa.

O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

O mesmo autor fala que um questionário possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio; implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores; garante o anonimato das respostas; permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente; não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Este questionário cujo o tema é “A importância dos jogos educativos e das novas tecnologias no processo de ensino aprendizagem”, foi feito com profissionais da educação no total foram 14 pessoas entrevistadas. O questionário contém 8 perguntas voltadas ao referente tema onde os profissionais deram suas respostas.

As 8 perguntas feitas neste questionário foram:

- 1- Qual sua área de atuação?
- 2- Em que tipo de instituição de ensino atua?
- 3- Você já sentiu alguma resistência da gestão escolar ou dos familiares ao tentar incluir práticas inovadoras?
- 4- Qual a sua maior dificuldade em sala de aula?
- 5- Você acredita, que os jogos e as novas tecnologias possam amenizar ou solucionar as dificuldades citadas na alternativa anterior?
- 6- Quais os desafios encontrados para implementação de jogos educativos no seu ambiente de trabalho?
- 7- Você se sente preparado para inserir as novas tecnologias no processo escolar?
- 8- Descreva uma prática de sucesso realizada por você, com o uso de jogos educativos.

Foram 14 pessoas que responderam este questionário, ao qual todos são profissionais da educação, porém, 5 da etapa de educação infantil, 3 do ensino fundamental, 3 do ensino médio, 2 professores de aula particular e 1 pedagogo.

Os 14 profissionais da educação atuam em diversos locais, sendo que 5 atuam em escolas públicas, 9 atuam em escolas particulares e 2 atuam em suas residências.

Diante a 3ª pergunta: Você já sentiu alguma resistência da gestão escolar ou dos familiares ao tentar incluir práticas inovadoras, 7 dos profissionais responderam que “Sim” e os outros 7 profissionais responderam que “Não”. Porém, ficou a metade das repostas, ou seja 50% dos profissionais acham que existe uma certa resistência em utilizar práticas inovadoras, tecnológicas e 50 % dos profissionais acham que não existe essa resistência dos familiares.

As dificuldades de aprendizagens, a falta de interesse dos alunos, a participação das famílias e a falta de recursos foram as respostas dos profissionais diante a 4ª pergunta do questionário.

A 5ª pergunta: Você acredita, que os jogos e as novas tecnologias possam amenizar ou solucionar as dificuldades citadas na alternativa anterior, os 11 profissionais responderam que “Sim” e os outros 3 profissionais responderam que “Às vezes”.

Os desafios encontrados pelos profissionais, respondendo a 6ª pergunta, foi que não existem, pois, os jogos educativos estão sempre presentes na rotina escolar da turminha. Através dos jogos os estudantes divertem-se e constroem aprendizagens significativas.

Na 7ª pergunta, os profissionais 11 responderam que “sim”, 2 responderam “ Às vezes”, 1 respondeu que “ Não”, estão preparados para inserir as novas tecnologias durante o processo escolar no dia a dia das aulas.

Na 8ª pergunta, na verdade é um relato dos profissionais em questão de uma prática que eles já realizaram que foi um sucesso nas suas aulas, utilizando a tecnologia dos jogos educativos. Seguem as respostas:

Profissional de Educação nº 1 –

“Pescaria das letras, a criança deve encontrar as letras do seu nome para assim escrevê-lo.”

Profissional de Educação nº 2-

“Trabalhar com jogos para matemática.”

Profissional de Educação nº3 –

“Jogos on-line pelo celular de uma matéria que estava sendo estudada por eles.”

Profissional de Educação nº 4 –

“A criança está tendo dificuldade em reconhecer os números, então confeccionei um jogo de matemática que trabalha a adição e subtração, com os números do 1 ao 20. Ela está gostando de aprender com ele mostrando muito interesse em jogar sempre.”

Profissional de Educação nº 5 –

“Nenhum.”

Profissional de Educação nº6 –

“O jogo “Caça as cores” ajuda no trabalho com foco e atenção de forma lúdica, além de ser um ótimo recurso para crianças com TDAH e crianças com dificuldade de organização. Neste jogo existem várias cores espalhadas em um tabuleiro que pode ser confeccionado ou impresso, além de palitos com as sequências de cores. O desafio é colocar todos os palitos no tabuleiro. A criança precisa encontrar a sequência de cada palito no tabuleiro e colocá-los sobre ele.”

Profissional de Educação nº 7-

“Bingo das famílias silábicas”

Profissional de Educação nº 8 –

“Revisões para as avaliações através de jogos on-line. É nítido uma maior interação e desenvolvimento dos alunos para a realização das avaliações. ”

Profissional de Educação nº9 –

“Jamboard. ”

Profissional de Educação nº10 –

“Em aulas de língua inglesa, geralmente os alunos estão mais inseridos com a cultura através de filmes, séries, jogos. Um dos jogos educativos mais usados em sala é o Twiste. Que trabalha as cores e faz o aluno associar palavras, internalizando a didática de forma mais lúdica. ”

Profissional de Educação nº 11-

“Uma tabela de fatos gigante e interativa. ”

Profissional de Educação nº 12-

“Atividades no word wall. ”

Profissional de Educação nº 13-

“Sempre realizo muitos jogos. São propostas do material que utilizamos. ”

Profissional de Educação nº 14 -

“Como exemplo de prática de sucesso posso citar um jogo da memória sobre os fonemas das vogais. Nele a criança deveria associar o fonema a uma imagem, o que além de estimular a linguagem oral trabalhou a atenção, concentração e a memória. ”

No entanto, a exploração do corpo e do espaço fazem com que a criança se desenvolva, vale ressaltar que:

O jogo é um meio básico para promover o desenvolvimento físico- motor. O equipamento utilizado e os espaços pensados para o jogo são fundamentais na motivação de diferentes tipos de jogos motores. A introdução de jogos estruturados para o estímulo ao desempenho físico-motor nunca foi tão importante quanto hoje em dia, em que o tempo para o jogo infantil se vê comprometido por atividades sedentárias, como assistir televisão e brincar com jogos no computador. (FRIEDMANN, 1996, p.67).

No Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (RCNEI), os jogos educativos são como uma função importante para a prática pedagógica agindo como um recurso didático, favorecendo o processo de desenvolvimento, de ensino e de aprendizagem das crianças. Destaca-se que:

Não se deve confundir situações nas quais se objetiva determinadas aprendizagens relativas a conceitos, procedimentos ou atitudes explicativas com aquelas nas quais os conhecimentos são experimentados de uma maneira espontânea e destituída de objetivos imediatos pelas crianças. Pode-se, entretanto, utilizar os jogos, especialmente àqueles que possuem regras, como atividades didáticas. É preciso, porém, que o professor tenha consciência de que as crianças não estão brincando livremente nestas situações pois há objetivos didáticos em questão. (BRASIL, 1998, p.29).

Concluindo esta pesquisa com muito aprendizado e alcançando todos os objetivos com êxito. Os jogos educativos para ser útil devem promover algumas situações interessantes e desafiadoras para a resolução de problemas, permitindo aos aprendizes aplicando um auto avaliação quanto aos seus desempenhos e fazendo com que todos os jogadores participem ativamente de todas as etapas do jogo.

5 CONCLUSÃO

Este artigo através da pesquisa bibliográfica e do questionário, evidenciou a importância dos jogos educativos no processo de aprendizagem para as crianças.

As questões aqui apresentadas, nos levam a conclusão de que os jogos educativos contribuem para a formação de atitudes sociais como respeito mútuo, cooperação, obediência às regras, senso de responsabilidade, senso de justiça, iniciativa pessoal e grupal.

O questionário com os 14 profissionais de educação foi muito importante para esta pesquisa, pois ajudou muito na visão da importância de se trabalhar os jogos durante o ensino e aprendizagem das crianças nas escolas.

Portanto, o jogo é o vínculo que une a vontade e o prazer durante a realização de uma atividade e o ensino utilizando meios lúdicos permite criar ambientes gratificantes e atraentes servindo como estímulo para o desenvolvimento integral dos usuários. Concluindo que através dos jogos educativos e o uso das tecnologias as crianças conseguem ter um melhor desenvolvimento de aprendizado.

A partir dessa compreensão percebeu-se o quanto é importante o professor ter uma formação continuada e se manter atualizado, para que ele possa aperfeiçoar sua didática e sua atuação na sala de aula buscando sempre motivar seus alunos e realizar um trabalho voltado para a aprendizagem significativa.

Espera-se que este trabalho contribua através de sua pesquisa com reflexões aos professores para a inserção de atividades lúdicas no processo de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

FERNANDES, L. D. et al. **Jogos no Computador e a Formação de Recursos Humanos na Indústria**. VI Simpósio Brasileiro de Informática na Educação. Anais. Florianópolis: SBC-UFSC, 1995.

FRIEDMANN, A. **Brincar: crescer e aprender, o resgate do jogo infantil**. São Paulo: Moderna, 1996.

GEBRAN, Maurício Pessoa. **Tecnologias Educacionais**. Curitiba: IESDE Brasil S/A, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Maria da Glória. **Jogos na Educação: confecção, modelos, objetivos e regras**. São Paulo: Hemus Editora Ltda, 1996.

PASSERINO, L. M. **Avaliação de jogos educativos computadorizados**. Taller Internacional de Software Educativo 98 – TISE' 98. Anais. Santiago, Chile, 1998.

RIZZO, G. **Jogos Inteligentes: a construção do raciocínio na escola natural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____, G. **O Método Natural de Alfabetização.** In: Alfabetização Natural. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alvez, 1988. p. 33-129.

RIZZI, L. e HAYDT, R. C. **Atividades lúdicas na educação da criança.** Ed. Ática, 6ª edição, Série Educação. 1997.

TEIXEIRA, Sirlândia Reis de Oliveira. **Jogos, brinquedos, brincadeira e brinquedoteca: implicações no processo de aprendizagem e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **O papel do brinquedo no desenvolvimento. In: A formação social da mente.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989. 168p. p.106-118.

A PARTICIPAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO NO FINANCIAMENTO PRODUTIVO BRASILEIRO DE 2010 A 2015

Fernanda Faria Silva¹
Gabriela Araújo

Resumo: Este artigo objetiva verificar se o processo de abertura financeira contribuiu para ampliar as possibilidades de financiamento do setor produtivo do Brasil. E compreender a dinâmica do financiamento de longo prazo e a participação do sistema bancário público e privado (nacional e estrangeiro) neste processo. De maneira mais específica, analisará o efeito do desenvolvimento do setor financeiro e da concessão de crédito sobre a estrutura de capital de grandes empresas brasileiras selecionadas. Ele incorpora os determinantes do padrão de alavancagem de uma empresa, que incluem o tamanho da empresa, estrutura de ativos, rentabilidade, crescimento, risco de negócio, idade da empresa e crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) na forma de controle de variáveis. A partir dos dados, é possível inferir sobre a não alteração no padrão de financiamento das empresas brasileiras e na relação direta das mesmas com a oferta de crédito em cada estado.

Palavras-chave: Abertura financeira. Sistema Bancário. Crédito. Grandes Empresas.

INTRODUÇÃO

Os estudos envolvendo os determinantes da estrutura de capital das empresas é um tema ainda complexo, mas que podem evidenciar informações interessantes sobre as características e configuração da estrutura de financiamento das empresas em cada país e, ainda, como agentes financeiros costumam atuar no financiamento do desenvolvimento.

Este artigo propõe verificar que o ambiente no qual as empresas estão inseridas e realizam negociações tem influência direta na sua estrutura de capital, evidenciando o papel dos bancos no financiamento produtivo brasileiro. Destarte, tomando por base o período posterior ao processo de abertura financeira ocorrida em meados da década de 1990, busca-se analisar de que forma a segmentação bancária brasileira – caracterizada pela presença de grandes bancos públicos e privados (nacionais e estrangeiros) – tem contribuído ou restringido a oferta de recursos para o financiamento produtivo brasileiro nos últimos vinte anos.

O recorte teórico considerado remete à década de 1990 até 2015, em um contexto de forte desregulamentação comercial e financeira no Brasil. Assim, para incrementar esta análise esta proposta objetiva verificar se o processo de abertura financeira² (em especial, a desnacionalização do sistema bancário) contribuiu para ampliar as possibilidades de financiamento do setor produtivo do Brasil. E, assim, compreender melhor a participação do sistema bancário público e privado (nacional e estrangeiro) neste processo, em uma dimensão regionalizada.

¹ Professora Adjunta no Departamento de Economia e no Programa de Pós Graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

² “O processo de abertura financeira pode ser caracterizado pela facilidade na conversão da conta financeira do balanço de pagamentos e da conversão monetária (da moeda nacional frente à(s) moeda (s) de referência internacional), e também pela facilitação da desnacionalização do sistema bancário” (CARNEIRO, 2002)

Sendo assim, será analisado o efeito do desenvolvimento do setor financeiro e da oferta de crédito sobre a estrutura de capital de algumas empresas brasileiras. Esta estrutura de capital incorpora os determinantes do padrão de alavancagem de uma empresa, que incluem o seu tamanho, estrutura de ativos, rentabilidade, crescimento, risco de negócio, idade da empresa e crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) na forma de controle de variáveis.

Apesar de se entender que a estrutura de financiamento de longo prazo das empresas é bastante ampla, passando pelo mercado de capitais, empréstimos externos, autofinanciamento, e outras fontes, para efeito desta pesquisa, será considerado com destaque a participação do setor bancário neste processo, dada a maior disponibilidade e acessibilidade dos dados gratuitamente.

A estrutura de financiamento brasileira é regionalmente concentrada e favorece os grandes grupos econômicos nacionais. A abertura dos mercados – um dos pressupostos utilizados para justificar os processos de abertura deflagrados nos anos 1990 - não conseguiu mitigar esta questão. A hipótese proposta por este trabalho é de que a segmentação bancária, mais especificamente, a presença de grandes bancos públicos, de certa forma, ajuda a suavizar os impactos desta concentração. A pesquisa contribui para o melhor entendimento da forma como os fatores institucionais, especificamente no que envolve o setor bancário, a nível regional, sejam levados em conta para explicar a estrutura de financiamento e, conseqüentemente a dependência das grandes empresas do Brasil, quanto aos instrumentos oficiais de crédito.

2 ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

No início da década de 1990, a política econômica brasileira seguiu os princípios que ficaram definidos no “Consenso de Washington”, que estipulava que o Estado fosse menos presente na economia e permitia a abertura comercial e financeira. Porém, no Brasil, o governo manteve a proibição de depósitos em moeda estrangeira no sistema bancário doméstico, em contradição ao que aconteceu na maioria dos países da América Latina (ROCHA, 2001).

Entre as mudanças observadas neste período, De Paula e Marques (2006) destacam as principais fusões e aquisições de bancos nacionais e internacionais: i) a compra do Bamerindus pelo HSBC por meio de recursos do PROER, se tornando no momento o maior banco estrangeiro no Brasil; ii) a compra do Banco Geral do Comércio, em agosto de 1997, Banco Noroeste, em outubro de 1997 e Grupo Meridional e Banespa em 2000 pelo Santander; iii) a aquisição do Banco América do Sul pelo Sudameris; iv) aquisição do Excel-Econômico pelo Bilbao Vizcaya; v) compra do Banco do Estado de Pernambuco pelo ABN Amro Bank, que tornou o Banco Real em novembro de 1998, o maior banco estrangeiro no Brasil.

Uma das características mais fortes da consolidação bancária brasileira foi a reação dos bancos privados nacionais, que também participaram ativamente dos processos de fusões e aquisições bancárias. Dando destaque às principais atividades: i) compra do BANERJ, BEMGE, BANESTADO, Banco Fiat e BBA pelo Itaú; ii) compra do BCN Credireal, Boa vista, Banco Ford, Mercantil de São Paulo e BBB Banco pelo Bradesco; iii) compra do Nacional, Bandeirantes e Fininvest pelo Unibanco. Desta forma, os bancos privados nacionais

conseguiram manter sua hegemonia no setor bancário brasileiro com grande participação do total geral de bancos no Brasil (DE PAULA E MARQUES, 2006).

Verifica-se que instituições maiores incorporam instituições menores que atuam no mesmo mercado, e então tem início o processo de internacionalização de instituições bancárias e desnacionalização dos sistemas financeiros de países em desenvolvimento (CAMARGO, 2009). As motivações para a internacionalização de um banco podem ser muitas, mas as que mais se destacam são a) social: com a finalidade de preencher falhas do mercado em relação às ofertas de crédito; b) política: para prover empregos, subsídios e benefícios ao desenvolvimento do país e c) intermediária: que une as duas primeiras opções e justifica que tal processo é necessário para que a nação usufrua de melhorias sociais de desenvolvimento. (SANTOS, 2011)

A desregulamentação financeira aprofunda a entrada de empresas estrangeiras que passam a se destacar no setor produtivo dos países que participaram deste processo. O balanço de pagamentos desses países passa a operar em baixa, uma vez que boa parte dos recursos utilizados por estas empresas são de origem estrangeira, o que faz com que o FMI intensifique a pressão para que se avance no processo de abertura aos bancos estrangeiros, alegando que a modernização dos sistemas bancários domésticos era necessária e só aconteceria se passassem por esta etapa de abertura. O Brasil e outros países emergentes aderiram a esta visão e paulatinamente as limitações e barreiras antes impostas, foram sendo afrouxadas e extinguidas (CAMARGO, 2009).

Os bancos brasileiros obtiveram um excelente resultado de rentabilidade no período entre 1981 e 1987, não somente por causa da inflação alta, mas também devido às linhas básicas de política econômica, criadas para enfrentar a crise causada pelo estrangulamento cambial, o que foi fundamental para o bom desempenho dos bancos brasileiros (CAMARGO, 2009).

Ainda de acordo com Camargo (2009), foram feitos investimentos em participações em empresas do setor produtivo, na informatização das agências e na abertura de novas agências. Decisões que aumentaram a renda dos serviços bancários por meio da diminuição das despesas. Tais medidas juntamente com a antecipação dos bancos frente à inflação e fim das operações de *overnight*³, foram de extrema importância para que a economia brasileira estivesse preparada para lidar com os reflexos do Plano Real, em 1994.

No período posterior ao Plano Real, foram tomadas medidas com o intuito de reestruturar e fortalecer o sistema financeiro nacional, as quais eram essenciais com a estabilização da economia, em especial “a perda de importante fonte de receita advinda das transferências inflacionárias, o *floating*” (PUGA, 1999). O Banco Central teve de socorrer as instituições em caráter emergencial, usando recursos da reserva monetária e arrecadação do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras). No período de inflação elevada, os bancos buscam compensar as perdas dos ganhos com o *floating*, por meio da cobrança de serviços que eram gratuitos e da elevação das tarifas bancárias.

³ Operações de troca de dinheiro por um dia, para resgate no primeiro dia útil seguinte, restritas às instituições financeiras (Over/Overnight – IGF Intellect – Disponível em: http://www.igf.com.br/aprende/glossario/glo_Resp.aspx?id=2212)

O efetivo processo de desnacionalização bancária do Brasil se qualifica como um conjunto de medidas impostas a fim de que se evitasse uma crise bancária sistêmica, se caracteriza, portanto, no controle da propriedade do sistema financeiro. Desta maneira, em 1995 o governo implementou o Proer, Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e em 1996, o Proes, Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária. O Proer funcionava como uma forma de financiamento para que instituições financeiramente saudáveis pudessem absorver aquelas que se encontravam em dificuldades, contando com a ajuda do Estado para bancar os débitos irrecuperáveis e no caso da não adaptação aos ajustes, bancar também o movimento de encerramento desses bancos. Após sua implementação notou-se uma significativa diminuição do número de instituições financeiras privadas, uma vez que o programa era destinado apenas a esta categoria (CAMARGO, 2009).

Diversas aquisições bancárias ocorreram em decorrência do Proer, entre elas a compra do Banco Nacional pelo Unibanco em 1995 e a compra do Banco Bamerindus pelo HSBC em 1997. A insolvência de bancos privados nacionais de grande porte foi resolvida por meio de sua venda a bancos estrangeiros pela primeira vez no Brasil.

Já o Proes, foi criado com a finalidade de reduzir a participação do Estado na atividade bancária e resolver o problema do déficit público. Foram oferecidas quatro opções aos governos estaduais com cobertura de 100% dos gastos para o saneamento de seus bancos estaduais: a) privatização; b) transferência do controle ao Governo Federal (que resultaria em futura privatização); c) transformação do banco em agência de desenvolvimento ou d) liquidação. Os resultados foram diversos, de acordo com os dados de De Paula e Marques (2006), em julho de 1998 verificou-se que dos 35 bancos estaduais que existiam em 1996, 10 foram extintos, 6 foram privatizados, 7 federalizados e posteriormente privatizados, 5 foram reestruturados com recursos do Proes e 3 não participaram do programa.

Como resultado da implementação dos dois programas, as primeiras transformações que marcaram o sistema bancário foram notadas, e a principal delas foi o aumento da concentração do setor. Segundo Arienti (2007), entre 1993 e 2006, o resultado deste processo foi a eliminação de 67 bancos. É notável que os programas marcaram uma estruturação diversificada do sistema bancário nacional, possibilitando a adoção de medidas atrativas, com foco nos grandes estrangeiros, e ainda a diminuição do número de instituições bancárias públicas no Brasil; ou seja, o governo atingiu seu objetivo com o Proer e Proes.

Sendo assim, seguindo a característica de outros países da América Latina, o processo de consolidação bancária brasileiro foi num primeiro momento, conduzido pelo governo. Porém, num segundo momento passou a ser conduzido pelo mercado, e adquiriu uma característica bem específica. Os bancos estrangeiros participaram ativamente dos processos de fusões e aquisições juntamente com os bancos privados nacionais, mas posteriormente sofreram uma retração deixando o comando deste processo para os bancos privados nacionais (DE PAULA E MARQUES, 2006).

Dos processos de fusão e compra, o de maior impacto na concentração bancária foi a compra do grupo BCN pelo Bradesco, que superou a privatização do Banespa. E ainda, o banco Itaú foi o que adquiriu maior número de instituições privatizadas. Dentre as instituições adquiridas por grupos estrangeiros, apenas 35% dos ativos pertenciam a instituições estaduais

privatizadas, ou seja, a maior parte das transferências de controle para o capital estrangeiro teve sua origem entre os capitais privados nacionais, que perderam uma parcela de sua participação no sistema (CAMARGO, 2009).

Pode-se concluir que o processo de reestruturação brasileiro resultou em uma redução do número de bancos públicos estaduais e privados nacionais, bem como em um significativo aumento dos bancos de controle estrangeiro, em um primeiro momento. A desnacionalização bancária brasileira foi mais uma opção de política governamental, associada com a própria estratégia de diversificação de mercado dos próprios bancos, do que uma resposta à escassez de recursos dos bancos nacionais.

2.1 Principais impactos da desregulamentação financeira

A abertura financeira pela qual passou o Brasil englobou dois principais fatores: ampliação da conversibilidade da conta de capital do balanço de pagamentos e a desnacionalização de grande volume de empresas do setor financeiro, com destaque para as do ramo bancário. Ambos os fatores influenciaram no desenvolvimento do processo de substituição monetária, que embora ainda bastante tímido, já se viu presente no país; sendo possível admitir que a abertura financeira brasileira levou ao enfraquecimento da moeda nacional (CARNEIRO, 2002).

De acordo com Carneiro (2002), a partir da década de 1990, o chamado marco regulatório foi alterado, com a intensão de adaptar a legislação brasileira à realidade dos mercados centrais, onde prevaleciam operações securitizadas e de flexibilizar a entrada e saída de capitais. A primeira mudança observada foi na forma de captação de bancos e grandes empresas, uma vez que os repasses bancários e a captação direta de empréstimos deixaram de se basear em créditos bancários sindicalizados e passaram a ser provenientes da emissão de títulos nos mercados internacionais de capitais. A inserção financeira do país se tornou cada vez mais dependente do IDE (Investimento Direto Externo), sendo assim, o balanço de pagamentos fica mais vulnerável diante de uma diminuição do IDE. Enquanto o país estiver sob a onda de investimentos externos, a consistência do IDE deve ser avaliada pela relação entre o subsídio de recursos e a geração de um fluxo financeiro compatível com sua remuneração. Diante das baixas taxas de crescimento apresentadas pelo Brasil entre 1998 e 2000, assume-se que as características do ciclo do IDE no Brasil se relacionam de maneira direta com os ciclos econômicos dos países chamados “centrais” e indiretamente com os EUA (CARNEIRO, 2002).

Por meio da Tabela 1 é possível relacionar a privatização dos bancos estaduais e de empresas como a Telebrás e outras concessionárias de energia, à concentração dos investimentos no setor de serviços, em especial de 1995 para 2005, no setor de eletricidade, gás e outras utilidades; no crescente investimento em serviços financeiros e atividades auxiliares, principalmente de 2005 para 2015. Este tipo de concentração no investimento diz muito sobre a vulnerabilidade do balanço de pagamentos, neste sentido, caso ocorra uma redução de novos investimentos, o balanço de pagamentos sofrerá de maneira mais intensa, uma vez que se encontrará mais sensível a qualquer alteração.

A Tabela 1 apresenta o crescimento do volume de investimento externo total, e segundo Carneiro (2002), boa parte deste volume é destinado às privatizações, fusões e aquisições que aconteceram no Brasil neste período, deixando claro que o principal foco do IDE não era servir como investimento doméstico.

De acordo com Carneiro (2002), em sua maioria, as entradas de IDE do primeiro período analisado devem-se a recursos externos provenientes da segunda grande onda de privatizações⁴. Já a partir dos anos 2000, grande parte dos investimentos que chegaram ao país se devem a empréstimos intercompanhia, sendo, de acordo com o Censo de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil de 2015, responsável por 53,93% do IDE no setor agrícola, pecuarista e extrativista; 26,7% no setor industrial e 20,5% no setor de serviços. Carneiro (2002) diz ainda que o principal efeito observado pós-abertura financeira, foi o rápido crescimento do passivo externo do país, principalmente a dívida externa de curto e longo prazo e o IDE. Que fizeram com que alguns indicadores, como por exemplo, o PIB, se encontrasse em situação de vulnerabilidade.

Tabela 1 – Estoque de IDE total e por setores selecionados (em US\$ milhões)

Atividade Econômica	Estoque 1995		Estoque 2005		Estoque 2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	924,99	2,2	2.194,37	10,2	63.061	11,9
Indústria	27.907,09	66,9	6.402,81	29,8	207.594	39,1
Metalurgia	3.004,90	7,2	310,30	1,4	21.422	4
Veículos automotores, reboques e carrocerias	4.837,70	11,6	924,86	4,3	18.455	3,5
Produtos alimentícios e Bebidas	2.827,52	6,8	2.074,83	9,6	73.850	13,9
Produtos químicos	5.331,12	12,8	763,66	3,5	18.104	3,4
Serviços	12.863,54	30,9	12.924,38	60,1	260.789	49,1
Serviços Financeiros e atividades auxiliares	1.638,38	3,9	888,61	4,1	79.732	15
Telecomunicações	398,74	1,0	1.899,66	8,8	39.798	7,5
Comércio, exceto veículos	2.132,20	5,1	680,75	3,2	35.032	6,6
Eletricidade, gás e outras utilidades	0,29	0	1.570,89	7,3	23.526	4,4
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	149,61	0,4	860,99	4	16.453	3,1
Serviços de escritório e outros serviços prestados a empresas	4.952,70	11,9	2.978,10	13,8	4.528	0,9
Atividades Imobiliárias	1.109,24	2,7	296,95	1,4	14.080	2,6
Total	41.695,62	100	21.521,57	100	531.445	100

Fonte: Banco Central do Brasil. Censo Anual de Capitais Estrangeiros.

Outro efeito ainda bastante importante oriundo da abertura, foi a substituição monetária, que implicou no aumento da posse de ativos no exterior por parte dos residentes e na substituição da moeda nacional pela estrangeira em algumas operações. Carneiro (2002) explica que este processo é resultado da especulação dos agentes diante da moeda estrangeira, o que coloca em cheque a fragilidade da moeda nacional; e se intensifica devido ao pequeno aproveitamento dessa moeda, uma vez que as transações financeiras domésticas fossem de elevada liquidez por causa da ausência de relações crédito-débito de prazo e valores significativos. Em especial no Brasil, pode-se dizer que a abertura pouco contribuiu para o

⁴ Essa segunda onda de privatizações foi incentivada pela instituição do Plano Nacional de Desestatização, no Governo Collor, no qual foram estatizadas 33 empresas estatais atuantes em setores estratégicos, em especial, petroquímica, siderúrgica, fertilizantes, entre outros.

aprofundamento financeiro, que além de conceder proporcionalmente menos crédito, ainda desenvolveu pouco a captação doméstica (Carneiro, 2002).

Pode-se dizer então que a vulnerabilidade e o baixo aprofundamento financeiro foram as razões básicas para que ocorresse a substituição monetária no Brasil. E seus principais instrumentos foram: permissão para contratos futuros de câmbio da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F); autorização para que algumas empresas pudessem realizar depósitos em moeda estrangeira em instituições bancárias domésticas; e o mais importante deles: indexação da dívida pública, que toma proporções enormes em um pequeno período de tempo (Carneiro, 2002).

Em 1995, foi aprovada a Exposição de Motivos 311, que determinava que passaria a ser do interesse do país a entrada e/ou o aumento da participação de instituições estrangeiras no sistema financeiro brasileiro. Fatores como a escassez de capital nacional, eficiência operacional⁵ e capacidade financeira superior dos bancos estrangeiros são pontos chave que justificam tal medida. Puga (1999) diz que a partir de então, os pedidos de entrada no Brasil foram analisados tendo como base os critérios de capacidade financeira e solidez da instituição estrangeira, além dos “interesses e prioridades nacionais”. Nestes interesses e prioridades se incluem as necessidades de solucionar problemas de bancos nacionais em dificuldade, fortalecer o sistema financeiro nacional e corroborar a política de abertura externa do sistema financeiro. O interesse dos bancos em ingressar no Brasil foi tão grande, que o Banco Central passou a exigir o pagamento de um “pedágio” a título de auxílio na recuperação dos recursos públicos utilizados para o saneamento do sistema financeiro nacional (PUGA, 1999).

Após a deliberação da Exposição de Motivos 311, a primeira instituição estrangeira a ingressar no país foi o banco holandês *Rabobank Nederlands*, que já possuía um escritório de representação no Brasil. Ainda em 1995, o uruguaio Banco Comercial S.A., foi também autorizado a atuar no Brasil. O movimento de entrada teve continuação em 1996 com a entrada de 5 instituições, 1997 com 13 instituições e ainda outras em 1998. Entre os principais, merece destaque o HSBC (*Hongkong Shanghai Banking Corporation*), que adquiriu o controle do Bamerindus em 1997 por meio de recursos do Proer, e manteve-se até 1998 como o maior banco estrangeiro no sistema financeiro brasileiro, tanto em ativos como em extensão da rede bancária. Em janeiro de 1998, a Caixa Geral de Depósitos, de Portugal comprou 79,3% do capital votante do Banco Bandeirantes e ainda neste ano, o espanhol Bilbao Vizcaya adquiriu gradativamente 100% do capital votante do Excel-Econômico (PUGA, 1999).

Puga (1999) ressalta ainda que nem só de aquisições se deu a abertura financeira, houve também ampliação dos bancos já presentes no sistema financeiro brasileiro. Destacam-se as aquisições do Banco Geral do Comércio e do Noroeste em 1997 pelo espanhol Santander, e ainda neste ano, a transferência do controle acionário do Boavista para o Banco

⁵Eficiência Operacional é a capacidade de otimizar os recursos operacionais para girar os negócios, é tudo que trabalha para melhorar a eficiência. A Eficiência Operacional se tornou sinônimo de sobrevivência e passou a ser o principal foco dos investimentos das instituições financeiras, tanto para aumentar receitas quanto para reduzir custos e despesas. (Eficiência Operacional no setor financeiro – Stefanini – Disponível em: <https://stefanini.com/br/2013/10/eficiencia-operacional-setor-financeiro/>).

InterAtlântico, controlado pelo banco português Espírito Santo, o Grupo Monteiro Aranha e o banco francês *Crédit Agricole*. Já em 1998, o controle do banco América do Sul passou para o Sudameris e o Conselho Monetário Nacional aprovou a venda de todas as ações do Banco Real para o holandês *ABN Amro Bank*. Depois desta aquisição, a instituição ABN passou a ser o maior banco estrangeiro no Brasil, ocupando a posição do HSBC em termos de ativos e agências.

Em se tratando das aquisições do HSBC e do Caixa Geral de Depósitos pelos bancos Bamerindus e Bandeirantes, respectivamente, não foi cobrado “pedágio” por parte do Banco Central, uma vez que as instituições estavam com sérias dificuldades financeiras. Já o holandês ABN, em julho de 1998, acordou em pagar R\$80 milhões ao Banco Central para adquirir 40% do capital votante do Banco Real e em novembro do mesmo ano pagou mais R\$120 milhões para aumentar para 100% a sua participação no mesmo (PUGA, 1999).

Ainda segundo Puga (1999), houve também aumento da participação estrangeira no cenário das instituições não bancárias, como por exemplo, o *Deutsche Bank* que foi autorizado a instalar uma corretora de valores e o *Lloyds Bank* que adquiriu a financeira Losango. Em contrapartida a este sucesso das instituições estrangeiras, alguns importantes bancos tiveram dificuldade em se estabelecer no Brasil. Um exemplo é o francês *Crédit Lyonnais*, que vendeu o controle do BFB para o Itaú em 1996.

Os efeitos do ingresso dos bancos estrangeiros foram debatidos entre executivos de importantes bancos nacionais e estrangeiros que operam no Brasil, e de acordo com o relato de Puga (1999), grande parte deles avaliou como positivo o aumento da presença estrangeira no sistema financeiro brasileiro, tanto no que tange à qualidade dos serviços, quanto na redução dos *spread*⁶s e aumento da eficiência operacional.

Há uma outra parte que defende que a redução dos *spreads* está mais relacionada à diminuição do risco da atividade bancária, que depende da queda da taxa de juros básica da economia e dos níveis de inadimplência, do que ao aumento da concorrência associada à chegada de bancos estrangeiros. Puga (1999) reitera que é consensual a opinião de que os bancos estrangeiros chegaram com tecnologias e processos mais eficientes e sofisticados que os bancos brasileiros. E ainda, que o alongamento dos prazos das operações de crédito por meio de recursos externos foi considerado pouco provável, uma vez que tal alongamento depende da redução do patamar de juros e da consolidação da estabilidade econômica.

O mesmo autor destaca as principais críticas que alguns banqueiros brasileiros fizeram à abertura do sistema financeiro, estas vieram após a compra do Bamerindus pelo HSBC e após a prática de agressiva estratégia de aquisições do Santander. Aponta-se que o Real ficaria mais vulnerável, uma vez que os bancos poderiam lucrar apostando contra a moeda nacional, mas o autor argumenta que não é a nacionalidade dos bancos que ameaça o Real, uma vez que todas as instituições, independente da nacionalidade, tendem a aproveitar qualquer oportunidade de ganho, mesmo que isto comprometa a condução das políticas monetária e cambial. Discute-se ainda, que a alocação da poupança seria tomada no exterior, mas o autor

⁶ Spreads bancários: Diferença entre taxas de juros de aplicação e de captação, compreendendo o lucro e o risco relativos às operações de crédito. O spread varia de acordo com a qualidade de crédito do emissor, o prazo, as condições de mercado, o volume e a liquidez da emissão ou empréstimo. (Glossário Banco Central do Brasil – Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/glossario.asp?Definicao=238&idioma=P&idpai=GLOSSARIO>)

pondera que assim como os bancos privados nacionais, os bancos estrangeiros se concentravam nas operações de crédito de curto prazo, atuando em operações de longo prazo apenas como repassadoras de recursos do governo, especialmente do BNDES.

Segundo o Relatório de Evolução do SFN do Banco Central em 1998, a presença de bancos estrangeiros no Brasil foi benéfica ao sistema financeiro nacional, pois os serviços prestados por eles são de qualidade elevada e a ajuda que a entrada de capital externo seja com novas instituições ou reforçando as já existentes demonstrou, era o que o país precisava para preencher uma lacuna de complemento da oferta interna necessária ao desenvolvimento. Além disso, a abertura da economia brasileira representa uma maior integração do Brasil na economia mundial, redução do chamado “risco Brasil”⁷ e maior globalização do setor financeiro, uma vez que a presença do sócio estrangeiro cria condições mais favoráveis ao processo de captação de recursos no exterior. Além do reforço financeiro para o país, a entrada de capital externo no setor bancário resulta também em ganhos decorrentes da introdução de novas tecnologias e inovação de produtos e serviços. Em decorrência da maior eficiência operacional e capacidade financeira dos bancos estrangeiros, seu ingresso gera maior concorrência ao sistema, refletindo em preços dos serviços e custos dos recursos mais competitivos diante da sociedade.

O cenário que se vive entre a crise cambial de 1998-1999 e a transição para o mandato do Presidente Lula (2003-2004) foi de crise econômica. Grandes empresas nacionais enfrentavam dificuldades em obter financiamento público e as novas, pequenas e médias empresas também obtiveram dificuldade em obter crédito no sistema financeiro (ARAÚJO E CINTRA, 2011).

Como cita Araújo e Cintra (2011), em 2001, a Medida Provisória 2.196 instituiu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, que capitalizou as instituições financeiras públicas federais e buscava adequar a regulamentação bancária pública à privada. O objetivo desta medida era “refletir padrões internacionais estabelecidos pelo Acordo de Basileia I” e tornar os bancos públicos federais “mais fortes, mais competitivos e mais transparentes”. Recomendava-se que os bancos públicos federais fossem impostos à mesma disciplina que estavam submetidos os bancos privados, e ao mesmo tempo, a lógica empresarial privada foi colocada no mesmo nível da dita “missão institucional” de cada banco. Os bancos estrangeiros passaram por um processo de expansão acompanhado por uma retração do segmento privado nacional, e em maior proporção, do segmento público, em grande maioria, da Caixa Econômica Federal.

Segundo Araújo e Cintra (2011), a participação dos bancos públicos no total de ativos do sistema recuou de 18% em 1994 para 5% em 2008. Em contrapartida a esta queda, continuou relevante o papel das instituições públicas no setor bancário, em razão da presença do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, que correspondiam a 23,2% do total de ativos em 2008. Este aumento da participação das instituições financeiras estrangeiras no mercado doméstico ocorreu, sobretudo, em função da redução da participação dos bancos

⁷ O risco país é um índice denominado *Emerging Markets Bond Index Plus* (EMBI+) que tenta determinar o grau de instabilidade econômica de cada país e medir o grau de “perigo” que um país representa para o investidor estrangeiro. Desta forma, se tornou decisivo para o futuro imediato dos países emergentes (CARVALHO, 2011).

públicos estaduais que foram privatizados e/ou extintos nos processos anteriormente citados (ARAÚJO E CINTRA, 2011).

No entanto, as alterações na estrutura bancária não dependeram somente das autoridades econômicas, uma vez que era também estratégia dos bancos internacionais, fortalecer suas posições globais e conseqüentemente, diversificar suas fontes de receitas (ARAÚJO E CINTRA, 2011).

Os autores Araújo e Cintra (2011) destacam as ações reativas dos bancos nacionais, onde foram modificadas suas estratégias, aderindo a novas tecnologias, inovando em produtos e explorando novos mercados. No fim de setembro de 2002, os três maiores bancos privados nacionais: Bradesco, Itaú e Unibanco investiram na sua internacionalização e passaram a ter mais de 20% de seus ativos totais no mercado internacional. Esta expansão externa tem como objetivo ampliar fontes de captação, ofertar instrumentos para as empresas exportadoras e diversificar o espectro de investimento dos seus principais clientes no exterior.

Verifica-se ainda, que a entrada de grandes bancos estrangeiros como ABN – Amro Bank, HSBC e Santander, fez com os bancos privados nacionais tivessem que defender sua liderança e poder de mercado. Sendo assim, as grandes instituições privadas nacionais, sobretudo Bradesco e Itaú, investiram na compra de bancos estrangeiros que haviam entrado no período anterior. O Bradesco comprou o *JP Morgan Asset Management*, o *Bilbao-Vizcaya Argentina*, o *Ford Leasing*, o *Deutsch DTVM* e o *American Express*. O Itaú comprou o BBA – Creditanstalt S/A, o Banco Fiat e o Bank Boston. Eles ainda adquiriram grande parte dos bancos estaduais e federais privatizados. Em suma, o cenário concorrencial, estimulou a busca pelo poder de mercado, com impactos diretos no nível de concentração do setor, que aumentou de 64,4% em 1995 para 75,3% em 2008 entre os dez maiores bancos. Esta grande concentração permitiu práticas de oligopólio para formação de preços e tarifas, o que limitou a redução dos custos dos serviços - tarifas e *spread* bancário (ARAÚJO E CINTRA, 2011).

Araújo e Cintra (2011) afirmam que a oferta de crédito apresentou tendência ascendente a partir de 2003, mas este processo interrompido pela crise financeira de 2008. Apesar de neste período os estoques de crédito dos bancos privados terem crescido a taxas mais altas que as dos bancos públicos, do ponto de vista setorial, as instituições federais tiveram papel importante para sustentar o ciclo de expansão econômica que viveram os setores industrial, rural e residencial. Os bancos públicos brasileiros responderam por 45% do crédito ao setor industrial em 2009 (ARAÚJO E CINTRA, 2011).

Tendo-se noção da importância dos bancos públicos no crédito ao setor industrial, é possível verificar que o Banco do Brasil (BB) e o BNDES detêm, desde 2006, mais de 80% do financiamento industrial das agências de fomento federal. A partir do lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), em 2007, o BNDES cedeu maior espaço para o BB, uma vez que passou a se dedicar mais à infraestrutura. Já em 2008-2009, seus saldos de empréstimo e financiamento para indústria cresceram mais de 53%, refletindo sua atuação anticíclica após a eclosão da crise financeira internacional no sistema financeiro nacional.

Conforme destacam os autores que trabalham com a abordagem keynesiana (ARAÚJO e CINTRA, 2011; CROCCO *et al*, 2011; FREITAS e PAULA, 2010; AMADO, 2006 e 1998), o sistema bancário não atua somente como intermediário financeiro, tendo importante papel na alocação de recursos, mas também a função de preferência pela liquidez

afeta a disposição em conceder crédito para determinada região, tendo efeito em manter ou ampliar desigualdades regionais. Em se tratando do Brasil, existe um processo crescente de concentração de crédito nas regiões mais ricas do país. Muito disso se deve a uma estratégia do Banco Central do Brasil de promover uma redução no número de bancos estaduais, que eram importantes fontes de captação de depósitos e aplicação de recursos nas suas regiões e ao processo de reestruturação que o BB passou fazendo com que o mesmo atuasse segundo critérios de bancos privados.

O Banco do Brasil possui elevada preferência pela liquidez nas regiões mais pobres, que se assemelha muito à dos bancos privados. Ainda durante a crise financeira de 2008 - quando ele proveu liquidez em um período de reversão das expectativas e aumento da aversão ao risco - esta atuação tendeu a aumentar a desigualdade na distribuição do crédito. Claramente, se apreende que uma vez que as atividades econômicas se concentram nas regiões mais desenvolvidas também será nestas regiões que se dará a ação anticíclica (ARAÚJO E CINTRA, 2011).

Em se tratando do ponto de vista setorial, as instituições federais sustentaram o ciclo de expansão econômica dos setores industrial, rural e residencial e logo depois, foram os mesmos bancos públicos federais que implementaram a ação anticíclica pós crise financeira internacional (ARAÚJO E CINTRA, 2011).

Esse comportamento anticíclico do crédito ofertado pelas instituições públicas foi desenvolvido em outros trabalhos, e como cita Araújo e Cintra (2011), foram encontradas evidências de que os empréstimos realizados por bancos públicos são 84% menos pró cíclicos do que os dos bancos privados e que não há diferenças significativas no comportamento de bancos privados nacionais e estrangeiros. Ou seja, os bancos públicos contraem menos os empréstimos durante os períodos recessivos, garantindo a oferta de crédito no momento em que os bancos privados ampliam a preferência pela liquidez, e aumentam menos durante os períodos expansivos. Com isso, estabilizam o volume de crédito, desempenhando um papel contra cíclico. São diversas as contribuições dos bancos públicos como instrumento de política financeira, entre eles: fonte de competição, redução dos *spreads*, taxas de juros médias e aumento dos prazos das operações de crédito, e ainda promovendo a estabilidade do sistema e apoio à liquidez de instituições mais frágeis.

3 CRÉDITO E CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL

A concentração desfavorece as regiões periféricas, pois se reforçam as restrições de liquidez que elas já enfrentam, restringem as ofertas de fontes alternativas de financiamento, o torna mais custoso e mais exigente em termos das garantias a serem ofertadas, amplifica a incerteza e altera as expectativas dos prestamistas e prestatários. Ou seja, como na periferia há maior volatilidade e informação imperfeita, a rede bancária é mais relutante em fornecer crédito a estas regiões. Conclui-se então, que há uma tendência natural à concentração bancária nas regiões centrais, mas, no caso brasileiro, ela é potencializada pelo próprio arranjo institucional que caracteriza a concentração de mercado. Conseqüentemente, se tem um

impacto negativo na possibilidade de ofertar crédito na periferia e acentua as desigualdades regionais⁸.

No caso brasileiro, considerando que as regiões são estados com diferentes níveis de desenvolvimento e crescimento, o padrão de concentração de recursos, de acesso aos produtos e serviços e financiamento bancário também é diferenciado. Este padrão heterogêneo no Brasil foi facilitado pela Autoridade Monetária, que não se preocupou em avaliar o papel do sistema financeiro nacional e em especial dos bancos, na diversidade regional brasileira, quando foram feitas as reformas no sistema financeiro nacional. Inspiradas no modelo norte-americano, visavam a criação de um mercado de capitais que financiasse o investimento. É possível verificar então, um fracasso na maioria das intenções iniciais das reformas, uma vez que o financiamento de longo prazo entre 1960-1970 permaneceu concentrado no setor público, vinculado principalmente ao BNDE e outros bancos de desenvolvimento e ao capital externo (ROMERO E ÁVILA, 2010).

A tabela 2 evidencia a forte concentração de crédito bancário em estados do Sudeste, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e ainda no Distrito Federal, em todos os anos observados. Uma possível razão para este fato é de que muitos bancos regionais foram comprados por conglomerados bancários maiores sediados na região. Como o controle destes bancos estava no Sudeste, as operações de crédito também foram deslocadas para lá, fazendo com que houvesse excessiva concentração de crédito nesta região. O mais marcante é definitivamente o estado de São Paulo, que ampliou largamente sua vantagem em relação aos outros estados, tanto em termos de sede de conglomerados bancários, quanto na participação do crédito concedido no país. A concentração no Distrito Federal é facilmente justificada pela presença das sedes dos grandes bancos públicos brasileiros.

Tabela 2 - Participação dos estados brasileiros no crédito total concedido 1995 – 2015 (em %)

Estado	1995	2000	2005	2010	2015
AC	0	0	0,1	0,1	0,1
AL	0,4	0,4	0,3	0,3	0,4
AM	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4
AP	0	0	0,1	0,1	0,1
BA	3,6	2,9	1,9	2,1	2,1
CE	1,8	1	1	1	1,2
DF	55,7	8,9	4,9	7,1	5,1
ES	0,7	0,9	0,8	1	1
GO	2,2	1,4	1,9	1,7	2,2
MA	0,4	0,6	0,5	0,5	0,6
MG	6	5,1	6,4	6,1	6
MS	1,1	0,7	0,9	0,7	0,9
MT	1,3	1	1,3	1,1	1,3
PA	0,6	0,6	0,6	0,7	0,8
PB	0,3	0,5	0,4	0,4	0,5
PE	2,9	1,6	1,2	1,7	1,5
PI	0,2	0,4	0,3	0,3	0,4
PR	9	4,7	5	5,5	4,7
RJ	11,1	11,2	7,5	7	6,8
RN	0,3	0,5	0,4	0,4	0,5
RO	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3
RR	0	0	0,1	0,1	0,1
RS	5,4	5,2	6,1	5,4	5,1
SC	1,7	1,8	2,2	2,3	2,4
SE	0,2	0,4	0,2	0,3	0,4
SP	44,6	49,6	55,3	53,4	55,1
TO	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ESTBAN

⁸ Para uma discussão mais detalhada sobre o assunto, ver: “Regional Monetary Policy”. Rodríguez-Fuentes, C. J., Abingdon: Routledge, 2006.

É possível observar também, um aumento na participação dos estados das regiões Sul, Rio Grande do Sul e Paraná, na concessão de crédito. Diante da concentração da atividade financeira e do crédito em estados que possuem melhor desempenho econômico, principalmente São Paulo, pode-se concluir que o mercado bancário contribui fortemente para o aprofundamento das desigualdades regionais brasileiras.

Em um estudo sobre os impactos da concentração do setor bancário brasileiro em vista da divergência ou convergência do crescimento regional, Amado (2006) avalia quais bancos brasileiros possuíam caráter regional considerando a geração de crédito em termos de depósitos na década de 1990. A autora pôde concluir que o processo de consolidação bancária que viveu o Brasil aconteceu em detrimento dos bancos de atuação regional. Estes foram incorporados por outros que atuavam mais na região centro-sul do país. Nota-se então, uma restrição de liquidez para as regiões periféricas, que tiveram seu crescimento limitado e as desigualdades acentuadas.

Sabe-se que no Brasil a oferta interna de crédito é reduzida e não suficiente às necessidades do país, tornando-se uma barreira ao crescimento econômico de longo prazo. É possível verificar no Brasil uma relação positiva entre a taxa de crescimento da economia e o desenvolvimento do sistema financeiro (FREITAS E PAULA, 2010). Contudo, após a consolidação bancária, houve redução no número de agências e fechamento de sedes nas periferias do país, fazendo com que a informação sobre estas regiões ficasse menos disponível aos bancos maiores que estão sediados nos centros econômicos, fazendo com que o volume de crédito destinado àquelas regiões seja reduzido, como expõe Freitas e Paula (2010).

Em uma análise do motivo pelo qual no Brasil o financiamento de longo prazo via bancos privados não tem papel central no desenvolvimento econômico, ocasionando um racionamento de crédito por parte dos bancos privados, pressupõe que se deve ao próprio comportamento das instituições financeiras brasileiras. Crocco *et al* (2011) e Nogueira *et al* (2008), evidenciam que, a depender do seu perfil, os bancos têm estratégias espacialmente diferenciadas. Uma vez que estes são mais propensos a operações de alta rentabilidade e baixo risco. Por exemplo, o investimento em títulos públicos emitidos pelo governo possui elevada liquidez e taxa de juros, e permite que os bancos estabeleçam políticas de crédito conservadoras. Sendo assim, conceder crédito ao setor produtivo já não é mais animador, já que este setor não oferece as mesmas condições de rentabilidade, liquidez e segurança. Cabe então, aos bancos federais atender o mercado não coberto pelos bancos privados, o que mantém o sistema bancário brasileiro num cenário de divisão de tarefas, onde a parte pública federal se vê responsável por sanar as carências de financiamento de setores estratégicos com recursos direcionados e taxas administradas.

O estudo de Vasconcelos *et al.* (2004), evidencia o período de privatizações e o efeito das mesmas na oferta de crédito bancário. Segundo os autores, não existe impacto estatisticamente significativo do efeito das privatizações sobre a oferta de crédito. Resultado que diverge de outros estudos quando comparado a outros países, uma vez que a tendência em outros países é grandes bancos ao adquirirem bancos menores de foco local, tendem a reduzir a oferta de crédito na respectiva área de atuação. A hipótese defendida pelos autores para explicar esta divergência é de que os ajustes na estratégia de oferta de crédito, realizados pela maioria dos bancos estaduais após 1995 (antes das privatizações), já os fizeram operar de

forma cautelosa na concessão de crédito. Por isso não foi preciso nenhuma alteração quando foram comprados por outros bancos.

4 INDÚSTRIA E FINANCIAMENTO NO BRASIL

A política de abertura econômica e a crise que enfrentava a economia brasileira foram as causas das baixas no crescimento do país, fazendo com que se tornasse primordial a busca por melhores condições de competitividade para a indústria brasileira. Já é possível notar uma mudança quando se rompe com o modelo industrial protegido do comércio internacional que vigorava nas décadas anteriores, levando assim a uma diminuição das taxas de importação em quase 20% em 1991 e 30% em 2002 (Romero e Ávila, 2010).

Os mesmos autores complementam que, uma vez inserido no mercado externo e à concorrência internacional, torna-se fundamental que as indústrias nacionais sofram um processo de modernização da produção e organização do trabalho, a fim de se tornarem mais competitivas. Vale ressaltar que a modernização da produção ocorreu em caráter mais amplo, dando início propriamente a uma reestruturação produtiva.

O Brasil acompanhou o processo de vários outros países latino-americanos na adoção de políticas de abertura externa no início da década de 1990. Processo que serviu para dois propósitos: atuar como política anti-inflacionária, uma vez que estabelecia limites para os preços internos e aumentar a competitividade das empresas nacionais, que já que reduzia o grau de proteção do mercado interno às importações, em grande parte por influência e pressão dos países desenvolvidos e órgãos internacionais, como o FMI (Romero e Ávila, 2010).

O processo de reestruturação produtiva que o Brasil passa traz consigo outro movimento, chamado desconcentração espacial da indústria. O estado de São Paulo, que até então detinha 40% da produção industrial brasileira, passa a perder participação. Romero e Ávila (2010) citam vários motivos, entre eles: altos custos relativos à instalação em áreas metropolitanas; urbanização e aprimoramento da infraestrutura de transporte e informação em outras cidades de custo de vida/instalação mais acessível; expansão das fronteiras agrícola e mineral. Tornou-se possível uma inflexão no processo de reestruturação espacial da renda e das principais atividades econômicas do Brasil, uma vez que serviços mais modernos e o aparelhamento urbano adentraram outras cidades brasileiras.

Estas cidades eram predominantemente da região Sudeste e Sul, e estavam dentro do polígono proposto por Diniz e Crocco (1999), que se constituía nos municípios de Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina/Maringá, Porto Alegre, Florianópolis e São José dos Campos. Uma análise do PIB industrial do Brasil confirma esta teoria e acrescenta que o vértice do polígono referente ao município de Uberlândia, poderia ser estendido à Brasília e sua região metropolitana, incorporando assim além da região do Distrito Federal, municípios da região sudeste de Goiás e noroeste de Minas Gerais (região bastante propícia à instalação de indústrias ligadas a atividades agrícolas). Esta análise destaca também um ganho relativo para a região Nordeste, principalmente na região litorânea.

Cria-se a esperança de que esta reestruturação e as transformações tecnológicas que ela propiciou, somadas à abertura comercial e conseqüente competitividade, poderia promover uma reconcentração da atividade industrial no país. Mas o contínuo aumento dos

custos gerados pela aglomeração nos principais centros industriais é um problema dificilmente vencido. Sendo assim, as metrópoles passam a abrigar atividades de maior teor tecnológico e intelectual, criando uma nova divisão sócio espacial da produção (ROMERO E ÁVILA 2010).

Em resumo, os autores Romero e Ávila (2010) identificam que a tendência recente do processo de industrialização iniciado na década de 1990 indica três principais processos paralelos: i) industrialização de cidades de médio porte no interior do polígono traçado; ii) leve expansão industrial para a região litorânea do nordeste, proporcionada por incentivos fiscais, maior proximidade a Europa e EUA e atração pela mão-de-obra barata; iii) expansão das fronteiras agrícolas. Porém, no âmbito geral, o padrão de industrialização fica concentrado na região do polígono, tendência reafirmada pela concentração das concessões de crédito para as regiões centrais já comentada.

5 METODOLOGIA E ANÁLISE DE RESULTADOS

A análise realizada a seguir necessita de dados relacionados às empresas e estados brasileiros. A seleção das grandes empresas analisadas foi feita por meio da publicação anual da Edição Maiores e Melhores da Revista Exame. O critério que a revista usa para seleção é por meio das vendas líquidas. Segundo a metodologia da Revista Exame, a seleção das 1.000 maiores empresas do Brasil é feita com base na avaliação dos dados de mais de 3.000 empresas, além dos maiores grupos privados do país.

Este conjunto compreende todas as empresas que publicaram demonstrações contábeis no Diário Oficial dos estados, as companhias limitadas que enviaram seus resultados para análise da revista e responderam questionários e ainda aquelas empresas de porte significativo e bem conhecidas no mercado, que tiveram seu faturamento estimado pelos analistas da Revista Exame.

Todos os valores referentes às vendas líquidas são ajustados, considerando a variação da inflação, para o dia 31 de dezembro de cada ano. Sendo assim, evita-se que empresas cujo fechamento do balanço ocorra antes ou depois ao da maioria sejam beneficiadas ou prejudicadas. A partir desta seleção, foram filtradas, pelo critério de lucro líquido ajustado as 50 maiores empresas de cada ano, no período entre 2010 e 2015. Este período de 2010 a 2015 foi escolhido por se tratar do período referente ao pós-crise de 2008, quando a política econômica estava mais flexível.

Vale ressaltar que foram usadas as publicações de 2011 a 2016, encontradas no *site* da revista, uma vez que o ano base de cada publicação é o ano anterior. A princípio, a intensão do trabalho seria trabalhar com uma análise relacionada aos “Top 50” do Banco Central, porém devido à falta de dados gratuitos que permitiriam uma análise mais completa, a amostra foi reduzida a fim de que se tornasse possível obter gratuitamente todos os dados necessários. Ao se obter então, as 50 maiores empresas nos anos de 2010 a 2015, foram selecionadas aquelas que tiveram ocorrência repetida ao menos em 3 anos, não necessariamente consecutivos. Chega-se então, a uma seleção de 13 empresas, onde 3 serão descartadas por se tratarem de empresas pertencentes a grupos maiores já incluídos na análise.

Após a filtragem das empresas, as variáveis referentes às mesmas foram selecionadas de acordo com o modelo desenvolvido no artigo “The Role of the Regional Financial Sector in the Capital Structure of Small and Medium-Sized Enterprises (SMEs)”, de Palacín-Sánchez et al. (2015). Sendo elas: localização estadual da sede da empresa, estrutura do ativo, rentabilidade, crescimento da empresa, idade e risco. Tais variáveis tiveram seus valores mensurados com base nas informações obtidas nas demonstrações financeiras e balancetes anuais de cada empresa em seus respectivos sites.

O critério regional utilizado, conforme já mencionado, foi a subdivisão do Brasil em 26 estados e 1 distrito federal. Sendo assim, foram coletadas informações acerca das características do sistema bancário de cada estado a partir da base de dados do ESTBAN, que se constitui em um subsistema estatístico do Sistema COSIF (Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional).

Os arquivos que compõem a base de dados ESTBAN são gerados mensalmente com a informação da Estatística Bancária Mensal e contemplam os saldos das principais rubricas de balancetes dos bancos comerciais e dos bancos múltiplos com carteira comercial por município. A coleta de informações acerca do PIB de cada estado e do Brasil, foi feita através da divulgação do IBGE, porém para os anos de 2014 e 2015, a base de dados (e também outras pesquisadas) possui informações do PIB apenas a nível nacional, e não possui a subdivisão estadual.

Desta forma, para que não se perca a relevância da análise, foi feito o cálculo da proporção de participação de cada estado no PIB desde 2010 e mantida a mesma para os anos de 2014 e 2015, seguindo seus respectivos valores totais. Encontra-se então, valores proporcionalmente estimados para o PIB de cada estado nos anos de 2014 e 2015. Foram escolhidos dois indicadores capazes de quantificar o desenvolvimento financeiro regional, o CRC – Coeficiente Regional de Crédito, calculado com base no modelo utilizado por Nogueira et al. (2008) em “Gestão do ativo bancário diferenciada no território” e o DFE – Desenvolvimento Financeiro Estadual, que assim como as variáveis empresariais, foi desenvolvido de acordo com o trabalho de Palacín-Sánchez et al. (2015).

5.1 Descrição de variáveis

A primeira variável relacionada às empresas é a alavancagem. Esta é a variável dependente na pesquisa desenvolvida, que usará a dívida total (DEBT) para refletir a estrutura de capital das empresas. Ela é estimada como o quociente do passivo total pelo ativo total. Para determinar a estrutura de capital das empresas, as variáveis independentes já especificadas, foram obtidas da maneira como segue. A estrutura do ativo (ES) é estimada como a razão entre o imobilizado líquido e o total do ativo da empresa. A rentabilidade (RENT) é definida pela divisão entre EBITDA (ou LADIJA – Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e o total do ativo. O crescimento (CRESC) é medido através do crescimento do ativo, calculado pela variação anual do total do ativo das empresas. A idade (IDD) é medida pelo logaritmo do número de anos em que a empresa opera no mercado. E o risco (RISC) é definido pela razão entre o desvio padrão do lucro operacional e o total do ativo. Na ótica estadual, a variável independente: desenvolvimento financeiro estadual (DFE)

é definida pela razão entre o número total de depósitos e o PIB de cada estado. Já na mensuração do CRC de cada estado, foi feito o cálculo da razão do crédito concedido por estado pelo do país, sobre a razão do PIB de cada estado pelo do país.

Esse indicador faz uma comparação entre a participação de um estado (i) no total de crédito concedido no país (br) e a participação do mesmo no PIB nacional. Sendo assim, quando o indicador for igual a 1, o que significa que a proporção de crédito aplicado no estado é igual à proporção do PIB que o estado gera. Já quando for $>$ (maior que) 1, o estado está tendo uma participação na distribuição do crédito maior que sua participação na distribuição do PIB. E quando o CRC foi $<$ (menor que) 1, o estado está tendo uma participação na distribuição do crédito menor que sua participação na distribuição do PIB.

5.2 Estatística descritiva e análise de resultados

Os procedimentos adotados no tratamento dos dados coletados foram análises de Correlação e Análise Fatorial de Correspondências Múltiplas (ACM), método estatístico mais refinado.

O método de Análise de Correlação é uma técnica usada para medir o grau de associação linear entre variáveis de qualquer natureza⁹. No caso, para este trabalho, interessamos duas dimensões fundamentais: a financeira – como síntese para estrutura de financiamento e a regional. Pela correlação, vamos medir este grau de relacionamento, que será dado pelo coeficiente de correlação, que indica se há uma forte ou fraca interação entre as variáveis.

Para o cálculo foram utilizadas as variáveis anteriormente mencionadas, e o resultado mostra que todas as variáveis possuem correlação positiva. Isso demonstra a interação entre todos os aspectos analisados, sejam eles “financeiras” ou “regionais”.

Na ótica das empresas identifica-se que a variável que possui menor interação com o grau de alavancagem das empresas é a ES (Estrutura do Ativo), por possuir os menores níveis de correlação (0,5155). Já a variável IDD (Idade), apresenta o nível de correlação mais elevado (0,9233), sugerindo que a idade, ou “maturidade” da empresa tem relação próxima à sua posição no mercado. Logo depois da IDD, outra variável que está fortemente correlacionada ao grau de alavancagem das empresas é a rentabilidade (RENT), que consiste na mensuração do retorno sobre o investimento que foi feito no longo prazo (0,8821). Estes índices sugerem que a ideia de que a interação entre o grau de alavancagem das empresas, e as variáveis que o compõe, são instrumentos válidos para medir a interação da oferta de crédito estadual e o financiamento ao desenvolvimento de grandes empresas no Brasil.

Podem ser listadas como categorias fortemente relacionadas, as variáveis idade e rentabilidade (0,7810), o que nos leva a crer que quanto mais tempo de mercado a empresa tiver, maior sua capacidade de obter e mensurar seu retorno no longo prazo, uma vez que em mais tempo, mais investimentos puderam ser feitos e maiores seus resultados. O mesmo é possível inferir da relação risco-rentabilidade (0,7746), tendo em mente que a variável RISC foi calculada com base no quociente do lucro operacional e total do ativo, quanto maior o

⁹ Maiores detalhes acerca desta metodologia, ver “Econometria Básica” (Gujarati, Damodar, 5ª edição, 2011).

risco, uma maior parte do ativo corresponderá ao retorno dos investimentos feitos, ou seja, maior a rentabilidade da empresa. Analogamente, verifica-se forte relação entre idade e risco (0,7497). Quanto mais tempo de mercado, mais investimentos de longo prazo já maturados, maior a parcela de lucro presente no ativo de cada empresa.

Já a Análise Fatorial de Correspondências Múltiplas, é um procedimento exploratório e descritivo de estatística multivariada que identifica a relação que existe entre duas ou mais variáveis, podendo ser percebida pela visualização dos pontos no gráfico, que facilita a interpretação dos dados. Tal técnica é direcionada com basicamente dois propósitos: sendo o primeiro deles, verificar a associação entre elas, uma vez que a representação dessas categorias se dá pelos pontos em um plano de dimensões reduzidas. Atributos com distribuições semelhantes serão vistos como pontos próximos no plano e atributos com distribuições diferentes, serão vistos como pontos distantes no plano. O segundo propósito desta técnica é tornar possível um tratamento categórico, com a intenção de revelar mais precisamente as relações e associações entre as variáveis.

O método ACM foi escolhido em contrapartida a algum método econométrico, por trabalharmos com indicadores que são tratados como categorias. O propósito é cruzar as informações das categorias de alavancagem e endividamento com as informações regionais de desenvolvimento e crédito. Além de possuímos uma amostra restrita, e desta maneira termos perdas do grau de liberdade da amostra. Previamente à ACM, queremos analisar o grau de correlação linear das variáveis, a fim de verificar se há uma forte relação entre elas e assim, abrir caminhos para uma interpretação mais sofisticada.

Para análise foram feitas as seguintes considerações: os valores referentes a cada variável foram categorizados a partir do arredondamento simples dos valores, como segue na tabela 3. Nas variáveis DEBT (alavancagem), ES (estrutura do ativo), RENT (rentabilidade) e CRESC (crescimento) valeram as categorias 0 e 1, criando então as categorias DEBT_0, DEBT_1, ES_0, ES_1, RENT_0, RENT_1, CRESC_0 e CRESC_1. Para a variável IDD (idade) foram consideradas três categorias, sendo elas 0, 1 e 2 que categorizam as empresas como: IDD_0: empresas jovens, IDD_1: empresas em consolidação, IDD_2: empresas maduras.

A nível estadual, as variáveis foram categorizadas da maneira que segue: LDFR de -6 a 5, identificando estados por ordem crescente de desenvolvimento financeiro. Já a variável CRC foi categorizada em três definições: CRC_0: para estados que recebem pouca oferta de crédito, CRC_1: estados com oferta moderada de crédito e CRC_2: oferta abundante de crédito.

O primeiro critério usado para a interpretação dos resultados da ACM é definir o número de dimensões que devem ser consideradas. Para isso foi calculada a média dos autovalores ($\bar{\lambda}$) e considerados todos os autovalores superiores a essa média. Foram consideradas duas dimensões, que explicam 77,69% da variância da nuvem de categorias.

A partir do tratamento dos dados foram elaboradas tabelas contendo informações diferenciadas sobre a amostra. A primeira tabela (Tabela 3) remete às coordenadas de cada categoria em cada dimensão (Dim.). Essas coordenadas são as mesmas representadas nos gráficos de dispersão analisados posteriormente. A tabela serve para explanar informações mais precisas sobre a localização espacial das categorias no plano de representação (através

de pontos no plano). Sendo assim, poderemos verificar que categorias com maior semelhança (em termos de distribuição – que apresentam valores próximos no que se refere às Dimensões 1 e 2), têm coordenadas próximas no gráfico, onde é possível detectar visualmente os pontos que apresentam maior correspondência.

Tabela 3 - Coordenadas para ACM

Categorias	Mass	Dim.1	Dim.2
DEBT_0	0,116	0,578	0,025
DEBT_1	0,026	-2,554	-0,109
ES_0	0,136	0,052	0,313
ES_1	0,007	-1,076	-6,464
RENT_0	0,138	0,117	0,064
RENT_1	0,005	-3,141	-1,721
CRESC_0	0,141	0,035	0,073
CRESC_1	0,001	-3,385	-7,081
IDD_0	0,103	0,827	0,253
IDD_1	0,020	-2,629	1,155
IDD_2	0,021	-1,602	-2,378
LDFR_-6	0,001	0,946	-0,102
LDFR_-4	0,005	1,208	1,850
LDFR_-3	0,004	1,129	1,264
LDFR_-2	0,016	1,057	0,726
LDFR_-1	0,018	0,879	0,379
LDFR_0	0,029	0,168	-0,908
LDFR_1	0,022	0,563	0,005
LDFR_2	0,014	0,428	0,243
LDFR_3	0,009	0,182	-4,927
LDFR_4	0,021	-2,672	1,127
LDFR_5	0,004	-2,754	2,080
CRC_0	0,026	1,105	1,160
CRC_1	0,088	0,442	-0,817
CRC_2	0,029	-2,382	1,442

Fonte: Elaboração própria a partir de dados gerados no STATA 2014.

Tabela 4 - Inércia explicada dos eixos

Categorias	Dim.1	Dim.2
DEBT_0	0,039	0
DEBT_1	0,172	0
ES_0	0	0,13
ES_1	0,008	0,275
RENT_0	0,002	0,001
RENT_1	0,051	0,15
CRESC_0	0	0,001
CRESC_1	0,017	0,073
IDD_0	0,079	0,007
IDD_1	0,137	0,026
IDD_2	0,053	0,116
LDFR_-6	0,001	0
LDFR_-4	0,007	0,018
LDFR_-3	0,005	0,006
LDFR_-2	0,018	0,008
LDFR_-1	0,014	0,003
LDFR_0	0,001	0,024
LDFR_1	0,007	0
LDFR_2	0,003	0,001
LDFR_3	0	0,021
LDFR_4	0,152	0,027
LDFR_5	0,033	0,019
CRC_0	0,032	0,035
CRC_1	0,017	0,059
CRC_2	0,162	0,059

Fonte: Elaboração própria a partir de dados gerados no STATA 2014.

Em seguida, a segunda tabela (Tabela 4) faz referência à inércia explicada nos eixos. Nela são apresentadas as contribuições dos pontos para as Dimensões. Os valores expressam a extensão da contribuição do ponto na determinação direcional da Dimensão. Pela Dim.1, que corresponde a 66,97% da representação da amostra, os pontos de maior representatividade são o DEBT_1, que representa empresas com elevado grau de alavancagem; IDD_1, que corresponde a empresas que já possuem certa maturidade no mercado; LDFR_4, que diz respeito a estados com maior índice de desenvolvimento financeiro e CRC_2, que são os estados com elevada oferta de crédito. Já na Dim.2, que abrange 10,72% da explicação da amostra, as categorias de maior representatividade são ES_1, que corresponde às empresas com grande parte do ativo oriunda do retorno de investimentos; e IDD_2, que são empresas com bastante tempo de mercado. Ambas características se complementam ao deixar clara a importância da idade, ou seja, do tempo na maturação dos investimentos de longo prazo feitos por elas. E nos permite inferir que há maior relação entre empresas que possuem elevado grau de alavancagem, certa maturidade no mercado e que estão localizadas em regiões com potencial desenvolvimento e grande oferta de crédito.

O autor DINIZ (2013), em seu trabalho sobre a dinâmica regional e o ordenamento do território brasileiro tratou esta questão e as alterações que este padrão vem sofrendo ao longo dos anos. De acordo com o autor, após grande concentração das atividades econômicas na Região Sudeste, principalmente no estado de São Paulo, no últimos anos iniciou-se um processo de desconcentração produtiva no país, articulado por basicamente três grandes movimentos. O primeiro deles é a desconcentração para áreas próximas a São Paulo, redistribuindo do interior de São Paulo até o centro de Minas Gerais e nordeste do Rio Grande do Sul. Em segundo lugar vem a expansão da indústria na região Nordeste, com destaque para os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco e em terceiro lugar, a indústria agropecuária e mineral no centro-oeste e norte do país. Associado a este movimento, verifica-se também o crescimento de cidades de médio e grande porte, e conseqüentemente, crescimento do conjunto de atividades e serviços que as mesmas oferecem.

Diniz (2013) propõe ainda, em concordância com este trabalho, que é em função dessas características e tendências que devem ser analisadas as dinâmicas econômicas e regionais no Brasil, além de seus impactos e efeitos no ordenamento do território e implicações para o futuro do país. Uma vez que as recentes tendências discriminadas deveriam ser potencializadas a fim de tornar possível a redução das desigualdades regionais, para tal, novas políticas nacionais de desenvolvimento regional deveriam ser articuladas permitindo que este processo ocorra de maneira mais ampla.

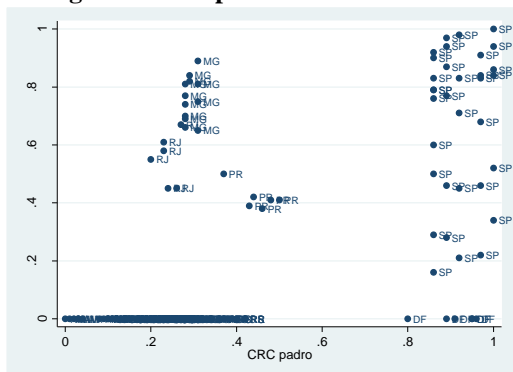
Os gráficos de dispersão a seguir corroboram a hipótese proposta de que a concentração regional do crédito está diretamente ligada à presença das grandes empresas naquela região, demonstrando assim, uma concentração de maior desenvolvimento naquele determinado estado. Ao analisarmos a localização dos pontos da relação entre as variáveis estudadas, tanto com o coeficiente regional de crédito (CRC), quanto com o índice de desenvolvimento financeiro estadual (LFDE), fica clara esta interação, uma vez que eles possuem grande proximidade nas coordenadas. Os pontos mais claros no mapa, corroboram o argumento de Diniz (2013) ao dizer do movimento de diversificação da concentração industrial no país, que mesmo sendo ainda tímido, permite localizar em quadrantes de interação relevante, alguns estados que estão fazendo parte deste processo.

Para uma melhor análise, será usada uma divisão cartesiana no gráfico, dividindo a área observada em quatro quadrantes. No quadrante direito superior dos gráficos os pontos com mais forte associação: alto índice de oferta de crédito e alto grau de alavancagem das empresas, no estado mais desenvolvido do Brasil, onde situa-se grande parte do aglomerado industrial brasileiro. É característica comum entre praticamente todas as análises a presença do estado de São Paulo neste quadrante. No quadrante esquerdo superior, nota-se a concentração dos estados com índice de desenvolvimento industrial também elevado, como MG, RJ e PR. Neles percebe-se alto grau de alavancagem das empresas, mas uma oferta de crédito e desenvolvimento regional mais moderados.

No quadrante direito inferior, identifica-se o Distrito Federal e em alguns momentos o estado do Paraná. O Distrito Federal conta com elevada oferta de crédito, mas não possui empresas de destaque, já o Paraná, é um estado brasileiro de elevado desenvolvimento e algumas empresas de ponta, mas não possui elevada concentração destas empresas. Já no quadrante esquerdo inferior, a visualização se torna complicada, mas bastante significativa. Nos

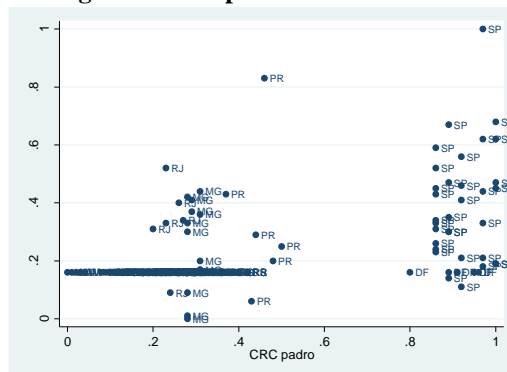
pontos próximos de zero, tanto para desenvolvimento financeiro/oferta de crédito quanto para presença de grandes empresas, se encontram os demais estados brasileiros, que diante da amostra coletada, obtiveram valores referentes à variável dependente DEBT iguais a zero, por não terem sido identificadas empresas de grande porte naqueles estados dentro da amostra observada.

Diagrama de dispersão: DEBT e CRC



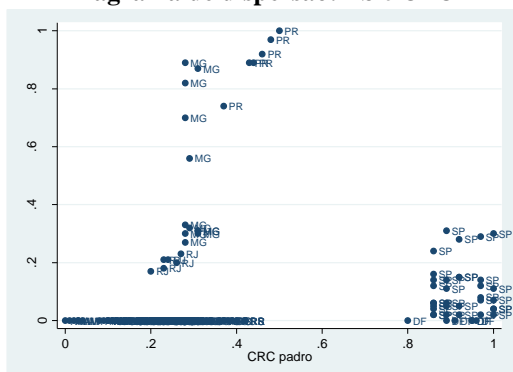
Fonte: Elaboração própria a partir de dados gerado no STATA 2014.

Diagrama de dispersão: CRESC e CRC



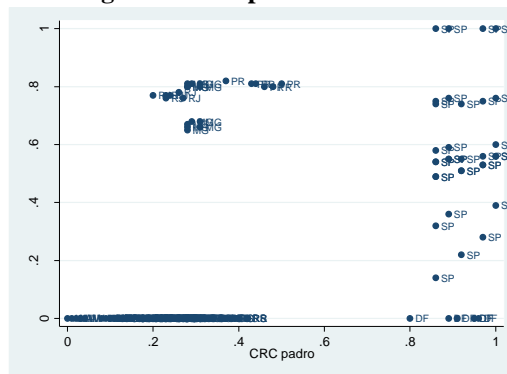
Fonte: Elaboração própria a partir de dados gerado no STATA 2014.

Diagrama de dispersão: ES e CRC



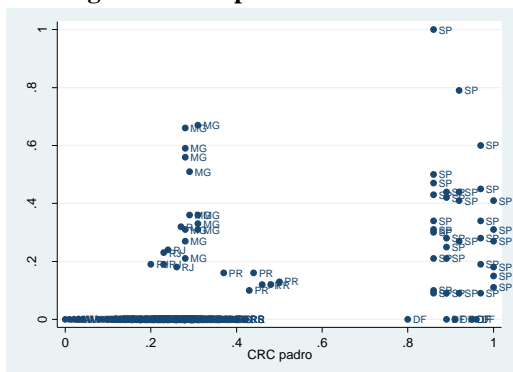
Fonte: Elaboração própria a partir de dados gerado no STATA 2014.

Diagrama de dispersão: IDD e CRC



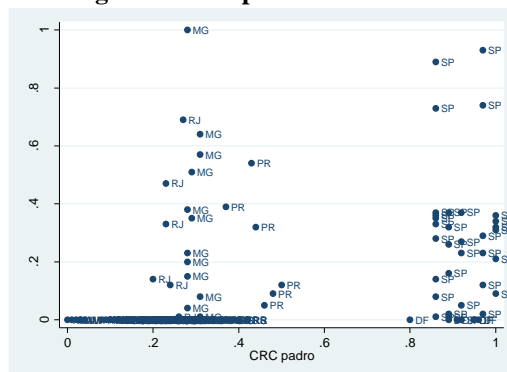
Fonte: Elaboração própria a partir de dados gerado no STATA 2014.

Diagrama de dispersão: RENT e CRC



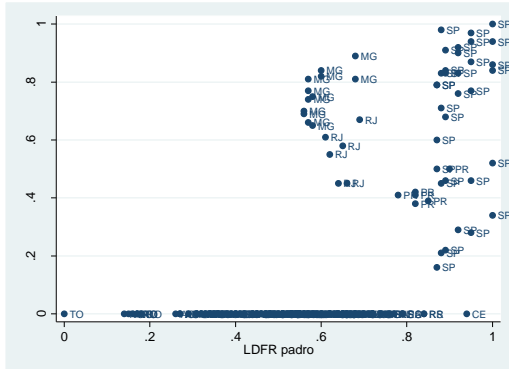
Fonte: Elaboração própria a partir de dados gerado no STATA 2014.

Diagrama de dispersão: RISC e CRC



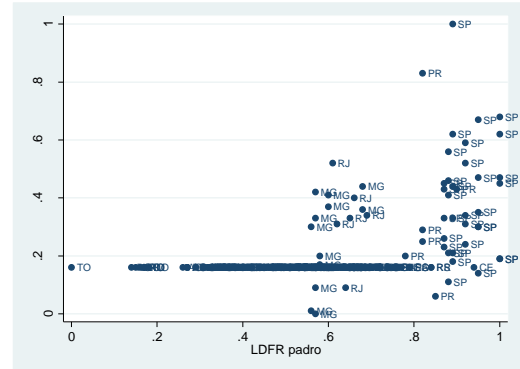
Fonte: Elaboração própria a partir de dados gerado no STATA 2014.

Diagrama de dispersão: DEBT e LDFR



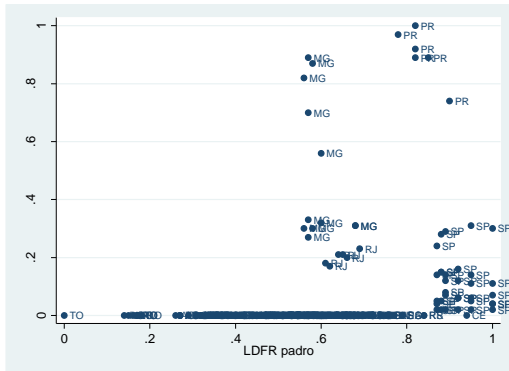
Fonte: Elaboração própria a partir de dados gerado no STATA 2014.

Diagrama de dispersão: CRESC e LDFR



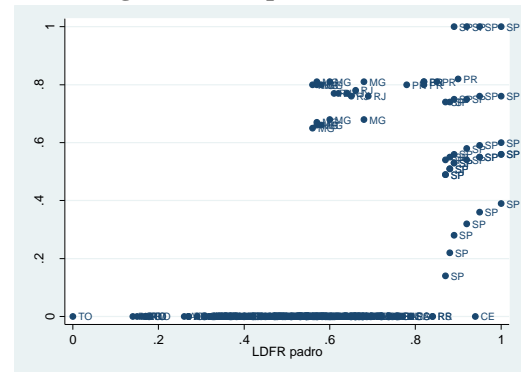
Fonte: Elaboração própria a partir de dados gerado no STATA 2014.

Diagrama de dispersão: ES e LDFR



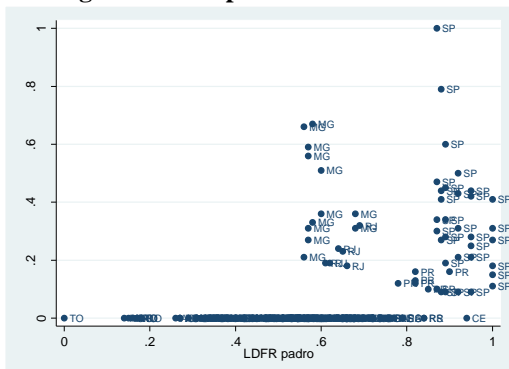
Fonte: Elaboração própria a partir de dados gerado no STATA 2014.

Diagrama de dispersão: IDD e LDFR



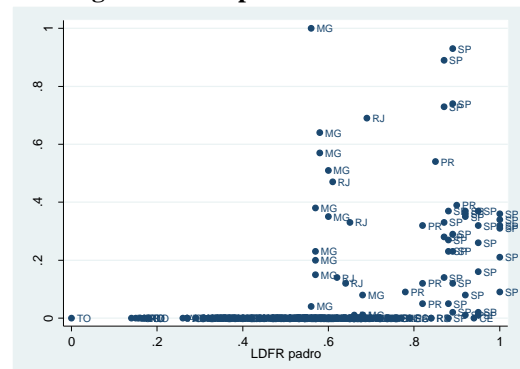
Fonte: Elaboração própria a partir de dados gerado no STATA 2014.

Diagrama de dispersão: RENT e LDFR



Fonte: Elaboração própria a partir de dados gerado no STATA 2014.

Diagrama de dispersão: RISC e LDFR



Fonte: Elaboração própria a partir de dados gerado no STATA 2014.

A metodologia escolhida para análise dos dados coletados cumpre seu objetivo neste capítulo, uma vez que permite que a hipótese discutida de que a relação entre a oferta de crédito e conseqüentemente, o desenvolvimento de determinado estado têm relação positiva e direta com a presença de grandes empresas neste estado. As diversas variáveis que se obtém ao trabalharmos com a amostra definida nos permitem inferir sobre seu padrão de financiamento e confirmar a hipótese de que mesmo após as muitas mudanças que sofreu o sistema financeiro, mais especificamente, o sistema bancário brasileiro, a estrutura de

financiamento das grandes empresas do país continua sendo dependente dos grandes bancos públicos nacionais, levando a conclusão de que o Estado é o maior financiador do desenvolvimento industrial no Brasil.

6 CONCLUSÃO

Ademais, por meio deste trabalho chega-se à conclusão de que mesmo depois de passar por fortes alterações nos agentes bancários, o padrão de financiamento brasileiro se manteve concentrado nas mãos dos grandes bancos públicos nacionais. Fato que evidencia a dependência das empresas brasileiras, com relação a seu padrão de financiamento, além de outros fatores, em se situarem em áreas com maior oferta de crédito, as quais correspondem aos estados brasileiros com maior índice de desenvolvimento.

A relação demonstrada graficamente entre os índices regionais e a variável que representa o grau de alavancagem das empresas permite concluir que há forte dependência das mesmas pela oferta de crédito que os bancos públicos nacionais disponibilizam, ou que seus investimentos são bancados por empréstimos intercompanhia, uma vez que não se verifica utilização significativa de outra forma de financiamento.

Depois de verificados os resultados e feita a análise cabe pontuar que em função das características encontradas como determinante dos dados - empresas que possuem elevado grau de alavancagem, certa maturidade no mercado e que estão localizadas em regiões com potencial desenvolvimento e grande oferta de crédito – devem ser analisadas as dinâmicas econômicas e regionais por parte do governo brasileiro. As recentes transformações que o ordenamento territorial do crédito e da indústria vêm sofrendo têm forte implicações no futuro do país. Acredita-se que a potencialização destas tendências pode tornar possível a diminuição das desigualdades regionais, e tal feito só será amplamente possível com a articulação de políticas nacionais de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

AMADO, A. M. **Impactos regionais do processo de reestruturação bancária do início dos anos 1990**. In Jayme Jr., F. G. J. & Crocco, M., editors, *Moeda e Território: Uma Interpretação da Dinâmica Regional Brasileira*. Autêntica, Belo Horizonte, 2006.

AMADO, A. M. **Impactos regionais do recente processo de concentração bancária no Brasil**. In: Encontro Nacional de Economia Política, 3, Niterói, RJ. ANPEC, v. 2, 1998.

ARAÚJO, V. L; CINTRA, M. A. M. **O papel dos bancos públicos federais na economia brasileira**. Brasília: Texto para Discussão 1604 - IPEA, 2011.

ARIENTI, PATRÍCIA FONSECA FERREIRA. **Reestruturação e Consolidação do Sistema Bancário Privado Brasileiro**. Ensaios Fee. Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2148/2532>>

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Evolução do Sistema Financeiro Brasileiro (1994-1998)**. Relatório de Evolução do SFN, 1998. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/r199812/texto.asp?idpai=revsfn199812>>.

CAMARGO, PO. **A evolução recente do setor bancário no Brasil** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 322 p. ISBN 978-85-7983-039-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE – UNICAMP, 2002.

CARVALHO, HENRIQUE. **Risco País (EMBI+ Brasil) – Definição e Dados Históricos. 2011**. Disponível em: <<http://hcinvestimentos.com/2011/03/28/risco-pais/>>

CROCCO, M. A.; NOGUEIRA, M.; ANDRADE, C. M. C.; DINIZ, G. F. C. **O estudo do gap regional de crédito e seus determinantes, sob uma ótica pós-keynesiana**. Economia v. 12. n. 2, p. 281-307, maio/ago. 2011.

DE PAULA, Luiz Fernando e MARQUES, Maria Beatriz L. **Tendências Recentes da Consolidação Bancária no Mundo e no Brasil**. Análise Econômica, Porto Alegre, v. 24, n. 45, p.235-263, 2006.

DINIZ, Clélio Campolina. **Dinâmica regional e ordenamento do território brasileiro: desafios e oportunidades**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, Texto para Discussão 471, 2013.

DINIZ, C. C. & CROCCO, M. A. **Reestruturação econômica e impacto regional: O novo mapa da indústria brasileira**. Nova Economia, v.6, n. 1, p. 77–103, 1999.

FREITAS, A.P.; PAULA, L. F. **Concentração regional do crédito e consolidação bancária no Brasil: Uma análise pós-Real**. Revista Economia, v. 11, n. 1, p. 97-103, 2010.

NOGUEIRA, M.; FIGUEIREDO, A. T. L.; CROCCO, M. A. **Gestão do ativo bancário diferenciada no território**. In: XXXVI Encontro Nacional de Economia, 2008, Salvador. *Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia*, 2008.

PALACÍN-SÁNCHEZ, MARÍA-JOSÉ; PIETRO, FILIPPO DI. **The Role of the Regional Financial Sector in the Capital Structure of Small and Medium-Sized Enterprises (SMEs)**. Regional Studies, v. 50, n. 7, p. 1232-1247, 2015.

PUGA, F. PIMENTEL. **Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial**. Rio de Janeiro: Texto para discussão nº 68 - BNDES, 1999.

ROCHA, F. A. S. **Evolução da Concentração Bancária no Brasil (1994 -2000)**. Notas Técnicas do Banco Central do Brasil n. 11, novembro de 2001.

ROMERO, J. P.; ÁVILA, J. L. T. **Sistema Financeiro e Desenvolvimento Regional: Um Estudo sobre o Financiamento Bancário da Atividade Industrial no Brasil**. Brasília, DF: Revista Economia, v.11, n.1, p.217–263, 2010.

SANTOS, E. R. DE SOUZA. **Internacionalização dos bancos estatais brasileiros - legado do Governo Lula: 2003 – 2010.** Dissertação (Mestrado) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Campinas, 2011.

VASCONCELOS, M. R., FUCIDJI, J. R., SCORZAFAVE, L. G., & ASSIS, D. L. D. **O todo e as partes: Uma análise da desigualdade de crédito entre os estados brasileiros e os determinantes do crédito bancário com a aplicação de dados de painel.** Economia e Sociedade, v.22, n.1, p. 123–149, 2004.